

# Território e Desenvolvimento Local

2ª edição  
2009



■ Formação de Agentes de Desenvolvimento ■



# DIREÇÃO

## CONSELHO DIRETOR

*Alysson Isaac Stumm Bentlin*  
*Bernadete Maria Konzen*  
*Domingos Antônio Armani*  
*Jairo Santos Silva Carneiro*  
*João Marcelo Pereira dos Santos*  
*Rosimar de Fátima Mattos Teixeira*

## CONSELHO FISCAL

*Adelto Rohr*  
*José Inácio Konzen*  
*Luiza Christina Schäfer*

## EQUIPE DIRETIVA

*Mauri José Vieira Cruz – Secretário Executivo*  
*Helena Bins Ely – Coordenação*  
*Talita de Oliveira Costa Silva – Coordenação*  
*Jorge Luiz de Carlos León – Coordenação*

2ª edição Revisada  
Porto Alegre | julho | 2009

**DIAGRAMAÇÃO**  
*Beto Fagundes | Agência de Arte*



- 4 APRESENTAÇÃO**  
*Mauri José Vieira Cruz*
- 5 INTRODUÇÃO**  
*Equipe CAMP*
- 7 DEFINIÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL**  
*Texto coletivo participantes formação agentes 2008*
- 9 ARTIGOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**  
*Seleção dos artigos Mauri José Vieira Cruz*
- 11 DECLARAÇÃO SOBRE O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO**  
*Resolução da Assembléia Geral da ONU em 1986*
- 13 DESENVOLVIMENTO LOCAL**  
*José Inácio Konzen*
- 17 TRECHO DO LIVRO “O QUE É PODER LOCAL”**  
*Ladislau Dowbor*
- 19 CULTURA**  
*Darcy Ribeiro*
- 20 VISÃO PEDAGÓGICA DA CULTURA**  
*Ivo e Ivanio Dickmann*
- 21 TRECHO DO LIVRO “A ESCOLA E O CONHECIMENTO”**  
*Mário Sérgio Cortella*
- 22 TRECHOS DO POEMA “MORTE E VIDA SEVERINA”**  
*João Cabral De Melo Neto*
- 23 AS CIDADES COMO SUPORTE DE MEMÓRIAS**  
*Laura Antunes Maciel*
- 26 TRECHOS DO LIVRO “O CORTIÇO”**  
*Aluísio Azevedo*
- 27 A CIDADE IDEAL**  
*Música De Chico Buarque*
- 28 DEFINIÇÕES DE TERRITÓRIO**  
*Diversos Autores*
- 30 ROTEIRO DA OFICINA DE VISUALIZAÇÃO - TERRITÓRIO**  
*Helena Bins Ely*
- 31 PARABOLICAMARÁ**  
*Gilberto Gil*
- 32 TRECHOS DO ARTIGO “DA GLOBALIZAÇÃO AO PODER LOCAL: A NOVA HIERARQUIA DOS ESPAÇOS”**  
*Ladislau Dowbor*
- 33 NATUREZA DOS SONS HUMANOS**  
*Leonardo Castro*
- 34 PRIMEIROS MOVIMENTOS: TEATRO E COTIDIANO**  
*Leonardo Castro*
- 35 TRECHO DO LIVRO “PEDAGOGIA DA ESPERANÇA”**  
*Paulo Freire*
- 38 CONSTRUÇÃO DE DIAGNÓSTICO**  
*José Inácio Konzen e Beatriz Hellwig*
- 43 CASO REAL: CANDEAL PEQUENO**  
*Daniela Zilio*
- 44 SUGESTÕES DE FILMES**
- 46 LINHA DO TEMPO**  
*Helena Bins Ely*

# APRESENTAÇÃO

## *Desenvolvimento Local e Transformações Sociais*

*Mauri José Vieira Cruz - Secretário Executivo*



Sebastião Salgado

**T**endo em vista a grande desigualdade social, a situação de pobreza de milhões de pessoas e o meio-ambiente com graves sinais de esgotamento, é fundamental refletirmos: qual o mundo que estamos deixando para as futuras gerações? Que pessoas estamos formando para este futuro? Qual o rumo que estamos seguindo? Qual o desenvolvimento que buscamos?

O modelo capitalista de desenvolvimento, que tem como foco o crescimento econômico, agrava e aprofunda cada vez mais as diferenças sociais e não resolve os problemas da fome e da miséria. Apesar de provocar crescimento em alguns aspectos, ele é excludente, gera degradação ambiental e não respeita especificidades culturais.

A estratégia para superar esta situação pela conquista do poder central se mostrou limitada e não deu conta do papel de radicalizar a democracia. Acreditamos que a construção de um modelo de desenvolvimento duradouro, que crie novas formas de relações econômicas com base na cooperação, na so-

lidariedade e na perspectiva da sustentabilidade ambiental, é capaz de promover a transformação social.

Um dos grandes desafios das estratégias de desenvolvimento local é realmente construir novos paradigmas e não representar uma adequação ao sistema capitalista.

Os valores da democracia, cooperação, solidariedade e equidade representam a garantia da ruptura com os modos de produção e convivência vigentes. Para tal se faz necessário construir estratégias agregadoras, que pensem um processo de desenvolvimento local sustentável, que implique no empoderamento de todos os atores sociais, que crie novas formas de relações econômicas, cooperativas e solidárias, que promova o fortalecimento das redes locais e que favoreça a gestão e controle das políticas públicas em âmbito local. O curso de Formação de Agentes de Desenvolvimento, que reúne lideranças de diferentes organizações e movimentos sociais, é um espaço privilegiado para o aprofundamento dessas reflexões.

O Arquipélago é uma região de rara beleza natural. Composto por 30 ilhas, faz parte do Parque Estadual Delta do Jacuí, que tem grande importância na proteção contra cheias, como filtro natural das águas e na promoção da estabilidade climática da área urbana da Região Metropolitana.

As ilhas mais habitadas pertencem a Porto Alegre e concentram um dos principais cinturões de pobreza do município, com alto índice de vulnerabilidade social, grande presença de sub-habitações e alagamentos sazonais. Essa situação de pobreza vivida pela maior parte dos seus habitantes contrasta com as belas paisagens e os clubes e casas de veraneio localizados nas margens do Guaíba.

Por ser um parque, a ocupação do solo se deu de forma irregular e a implantação de políticas públicas enfrenta até hoje grandes restrições. Para regularizar a situação dos mais de 8 mil moradores ali instalados, em 2005 foi criada a APA – Área de Proteção

Ambiental do Delta do Jacuí, que ainda está em fase de regulamentação.

Considerando as desigualdades sociais e a importância ambiental, o CAMP escolheu este território como espaço de atuação. Através do Programa Arquipélago Território de Direitos, a Formação de Agentes em 2009 será realizada na região das ilhas. Pretendemos estimular que os atores do Arquipélago façam uma leitura coletiva dessa realidade e pensem numa estratégia que articule as ações dos diferentes sujeitos que atuam nas ilhas, potencializando as qualidades ambientais e as características culturais de sua população, na perspectiva do desenvolvimento local.

O CAMP vem trabalhando com a Formação de Agentes de Desenvolvimento Local desde 2004, capacitando atores sociais de diferentes comunidades da região metropolitana de Porto Alegre. Neste processo, o CAMP provoca os participantes a refletir sobre essa realidade na qual estão inseridos, a partir



Mostra Cultural, Arquipélago - Acervo CAMP



das experiências e do olhar de cada um.

A formação se realiza através de quatro etapas. As reflexões são feitas a partir das experiências dos participantes e em diálogo com os conhecimentos socialmente acumulados nas temáticas do curso, valorizando o espaço da construção coletiva. Os conteúdos são intercalados com reflexões sobre dinâmicas e métodos de educação popular e sobre formas de investigação e construção de diagnósticos.

São realizadas oficinas de comunicação e integração, assim como são visitadas experiências comunitárias (urbanas e rurais) que se organizam e atuam na perspectiva do desenvolvimento local. Os participantes são desafiados a organizar ações de investigação e de reflexão na comunidade onde atuam.

Neste ano de 2009, na primeira etapa “Território e Desenvolvimento Local” trabalharemos conteúdos sobre características, dimensões e atores do Desenvolvimento Local. Refletiremos sobre educação popular como metodologia de construção coletiva e iniciaremos uma reflexão sobre diagnóstico, a partir da construção de um olhar coletivo do território, e a necessidade de levantamento e análise das informações da comunidade.

Na segunda e terceira etapa realizaremos visitas para, a partir de experiências concretas, refletirmos sobre temáticas específicas. Na segunda etapa serão abordadas questões sobre políticas públicas e democratização do Estado, e na terceira sobre novos jeitos de fazer economia.

A quarta etapa, “Arquipélago Território de Direitos” resgatará os conceitos trabalhados durante a Formação e fomentará a construção de um plano de intervenção nas ilhas.

Cada etapa é acompanhada de um caderno correspondente aos temas que serão trabalhados. Estes cadernos são instrumentos de apoio aos agentes de desenvolvimento, com o objetivo de provocar reflexões e instrumentalizar os participantes do curso com materiais e metodologias que podem ser aplicados em suas atuações no território.

Este primeiro caderno é o resultado de uma seleção de textos conceituais, trechos de artigos, livros e músicas que nos levam a refletir sobre conceitos e características do desenvolvimento, pensar em nosso território e intervenções, e a partir da construção de nossos saberes, nos instiga a refletir e orientar nossas práticas na comunidade.

***Desejamos a todos e todas uma ótima leitura e boas reflexões!***



# DEFINIÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL

*Texto produzido coletivamente pela turma do Formação de Agentes de Desenvolvimento 2008*

## **Definição de desenvolvimento local**

Desenvolvimento local é todo o trabalho construído conjuntamente com a população de um determinado território, visando a melhoria das condições de vida da população local e a construção da cidadania de forma sustentável, com paradigmas baseados na solidariedade, desenvolvendo uma postura crítica e coerente, promovendo a transformação e a inclusão através de um novo modelo de organização social.

A dinâmica deve ser participativa em todas as fases do processo, garantindo a integração da comunidade que se une e resgata sua história, apropria-se de sua situação, envolve-se como sujeito e cidadão, reivindica junto aos órgãos públicos, para que o bem comum prevaleça sobre os interesses particulares.

## **Pontos de partida para construção de um processo de desenvolvimento local**

Organização: articulação e mobilização dos atores, que passa pela identidade com o território. Construção coletiva de um diagnóstico do território:

- Discutindo os problemas com a população, respeitando e valorizando as diferenças e diversidades.
- Considerando a caminhada histórica, na sua dimensão social, política, econômica e ambiental.
- Conhecimento da realidade atual, com uma visão conjunta sobre o território.

Construção de um planejamento envolvendo o conjunto de atores do território, considerando:

- As pessoas como sujeitos de transformação.
- O exercício de autonomia e cidadania.
- A formação da consciência crítica, operante, dinâmica, que busca novas perspectivas.

## **Principais atores para a construção de um processo de desenvolvimento local**

Os sujeitos locais da comunidade; as instituições (seja de iniciativa pública ou privada); as organizações sociais; @s empreendedor@s locais. Tod@s que se identificam com as lutas e interesses da comunidade e queiram contribuir coletivamente.



Jarsila do Amaral

## **Papel do diagnóstico no DL e aspectos que precisam ser considerados em sua elaboração**

O diagnóstico é uma ferramenta essencial no conhecimento da realidade. Através dele identificamos os problemas, as dificuldades e as potencialidades. É imprescindível que o diagnóstico abranja os aspectos sociais, culturais, econômicos, ambientais e políticos. Ele é a construção de um olhar coletivo sobre o que estamos vivendo. A partir das informações que o diagnóstico nos apresenta, podemos buscar e encaminhar as soluções de forma coletiva.

## **Políticas públicas e desenvolvimento local**

As políticas públicas são fundamentais para o desen-

volvimento local, porque garantem direitos, tornam efetivas as conquistas da comunidade, passam a fazer parte da estrutura de Estado sendo assumidas pelo conjunto da sociedade.

Elas devem ser pensadas, elaboradas e acompanhadas em conjunto pela sociedade civil e o poder público, sempre a partir das necessidades da comunidade e devem ser executadas de forma integrada. *Os agentes públicos (técnicos, gestores, etc) precisam se envolver nas questões que dizem respeito ao território como um todo, e não apenas na execução de uma ou outra política. Os atores da sociedade civil devem participar na construção e controle das políticas do território.*

### **Papel da educação popular no desenvolvimento local**

A educação popular parte da realidade, considerando e problematizando seus aspectos para construir o conhecimento coletivo, valorizando os saberes e as experiências dos sujeitos envolvidos no processo, em diálogo com as teorias já formuladas. Estimula a participação, contribui na tomada de consciência e na construção da identidade e de uma nova visão de mundo.

Em vista disso, é importante que os agentes que provocam o processo de DL se percebam como educadores, reflitam sobre suas práticas e compreendam que o próprio processo é educativo.

### **Contribuição do desenvolvimento local para a transformação social**

O desenvolvimento local contribui para a transformação social à medida que exige da comunidade a construção de um processo de organização, mobilização, reflexão e ação sobre suas necessidades e demandas.

Ele só será transformador se for construído coletivamente, apontando as necessidades e potencialidades da comunidade, e se estas forem concretizadas com ações participativas, coerentes, responsáveis e viáveis, sem encobrir os conflitos sociais existentes. E articulando essa mobilização local com uma luta social mais ampla.



Formação de Agentes de Desenvolvimento, 2007 - Acervo CAMP

# ARTIGOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Seleção: Mauri José Vieira Cruz

## DIREITOS HUMANOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

(...)

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

(...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

## TRANSPORTES

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;



## FUNÇÃO SOCIAL PROPRIEDADE

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

## DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência

aos desamparados, na forma desta Constituição.

## SAÚDE

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

## EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério

público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

## MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

Segunda Classe, Tarsila do Amaral- 1933



# DECLARAÇÃO SOBRE O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO

Adotada pela Resolução 41/128 da Assembléia Geral da ONU de 04 de Dezembro de 1986

Fonte: [www.dhnet.org.br/direitos](http://www.dhnet.org.br/direitos)



Guernica, Pablo Picasso - 1937

## Artigo 1

1. O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual toda pessoa humana e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, a ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados.

2. O direito humano ao desenvolvimento também implica a plena realização do direito dos povos de autodeterminação que inclui, sujeito às disposições relevantes de ambos os Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos, o exercício de seu direito inalienável de soberania plena sobre todas as suas riquezas e recursos naturais.

## Artigo 2

1. A pessoa humana é o sujeito central do desenvolvimento e deveria ser participante ativo e beneficiário do direito ao desenvolvimento.

2. Todos os seres humanos têm responsabilidade pelo desenvolvimento, individual e coletivamente, levando-se em conta a necessidade de pleno respeito aos seus direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como seus deveres para com a comunidade, que sozinhos podem assegurar a realização livre e completa do ser humano, e deveriam por isso promover e proteger uma ordem política, social e

econômica apropriada para o desenvolvimento.

3. Os Estados têm o direito e o dever de formular políticas nacionais adequadas para o desenvolvimento, que visem o constante aprimoramento do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos, com base em sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na distribuição equitativa dos benefícios daí resultantes.

## Artigo 3

1. Os Estados têm a responsabilidade primária pela criação das condições nacionais e internacionais favoráveis à realização do direito ao desenvolvimento.

2. A realização do direito ao desenvolvimento requer pleno respeito aos princípios do direito internacional relativos às relações amistosas e cooperação entre os Estados em conformidade com a Carta das Nações Unidas.

3. Os Estados têm o dever de cooperar uns com os outros para assegurar o desenvolvimento e eliminar os obstáculos ao desenvolvimento. Os Estados deveriam realizar seus direitos e cumprir suas obrigações de modo tal a promover uma nova ordem econômica internacional baseada na igualdade soberana, interdependência, interesse mútuo e cooperação entre todos os Estados, assim como a encorajar a observância e a realização dos direitos humanos.

#### Artigo 4

1. Os Estados têm o dever de, individual e coletivamente, tomar medidas para formular as políticas internacionais de desenvolvimento, com vistas a facilitar a plena realização do direito ao desenvolvimento.
2. É necessária a ação permanente para promover um desenvolvimento mais rápido dos países em desenvolvimento. Como complemento dos esforços dos países em desenvolvimento, uma cooperação internacional efetiva é essencial para prover esses países de meios e facilidades apropriados para incrementar seu amplo desenvolvimento.

#### Artigo 5

Os Estados tomarão medidas resolutas para eliminar as violações maciças e flagrantes dos direitos humanos dos povos e dos seres humanos afetados por situações tais como as resultantes do apartheid, de todas as formas de racismo e discriminação racial, colonialismo, dominação estrangeira e ocupação, agressão, interferência estrangeira e ameaças contra a soberania nacional, unidade nacional e integridade territorial, ameaças de guerra e recusas de reconhecimento do direito fundamental dos povos à autodeterminação.

#### Artigo 6

1. Todos os Estados devem cooperar com vistas a promover, encorajar e fortalecer o respeito universal pela observância de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.
2. Todos os direitos humanos e liberdades fundamentais são indivisíveis e interdependentes; atenção igual e consideração urgente devem ser dadas à implementação, promoção e proteção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.
3. Os Estados devem tomar providências para eliminar os obstáculos ao desenvolvimento resultantes da falha na observância dos direitos civis e políticos, assim como dos direitos econômicos, sociais e culturais.

#### Artigo 7

Todos os Estados devem promover o estabelecimento, a manutenção e o fortalecimento da paz e segurança internacionais, e, para este fim, deveriam fazer o máximo para alcançar o desarmamento geral e completo do efetivo controle internacional, assim como assegurar que os recursos liberados por medidas efetivas de desarmamento sejam usados para o desenvolvimento amplo, em particular o dos países em via de desenvolvimento.

#### Artigo 8

1. Os Estados devem tomar, a nível nacional, todas as medidas necessárias para a realização do direito ao desenvolvimento e devem assegurar, inter alia, igualdade de oportunidade para todos em seu acesso aos recursos básicos, educação, serviços de saúde, alimentação, habitação, emprego e distribuição equitativa da renda. Medidas efetivas devem ser tomadas para assegurar que as mulheres tenham um papel ativo no processo de desenvolvimento. Reformas econômicas e sociais apropriadas devem ser efetuadas com vistas à erradicação de todas as injustiças sociais.
2. Os Estados devem encorajar a participação popular em todas as esferas, como um fator importante no desenvolvimento e na plena realização de todos os direitos humanos.

#### Artigo 9

1. Todos os aspectos do direito ao desenvolvimento estabelecidos na presente Declaração são indivisíveis e interdependentes, e cada um deles deve ser considerado no contexto do todo.
2. Nada na presente Declaração deverá ser tido como sendo contrário aos propósitos e princípios das Nações Unidas, ou como implicando que qualquer Estado, grupo ou pessoa tenha o direito de se engajar em qualquer atividade ou de desempenhar qualquer ato voltado à violação dos direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos.

#### Artigo 10

Os Estados deverão tomar medidas para assegurar o pleno exercício e fortalecimento progressivo do direito ao desenvolvimento, incluindo a formulação, adoção e implementação de políticas, medidas legislativas e outras, a níveis nacional e internacional.



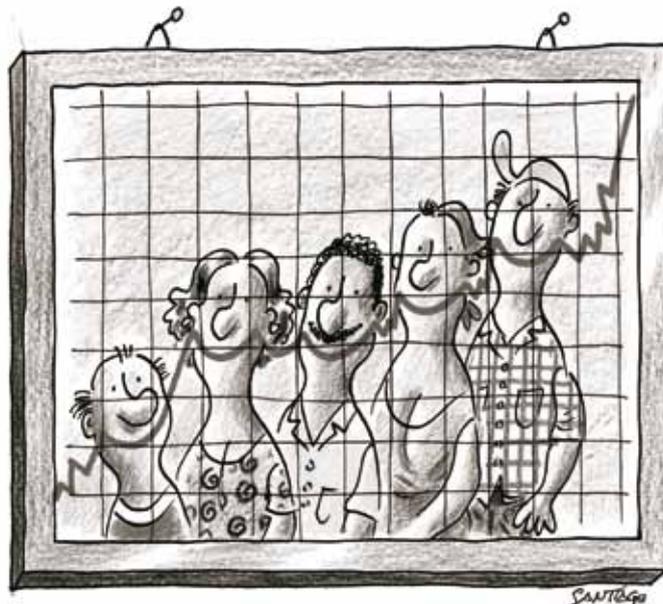
# DESENVOLVIMENTO LOCAL

*A importância e as capacidades do espaço local*  
*José Inácio Konzen*



*O espaço local vem ganhando importância nos debates e nas ações de desenvolvimento. Neste texto José Inácio Konzen faz uma reflexão sobre a dimensão do local no processo de construção do desenvolvimento. A ação dos agentes deve estar voltada para a aproximação entre as ações dos atores do território. Quais são as compreensões sobre o espaço local no desenvolvimento? Quais são as perspectivas e possibilidades de futuro que estas compreensões de desenvolvimento propõem?*

*As charges que ilustram o texto trazem a reflexão para a importância da Constituição Federal de 1988, um marco importante na democratização do estado e fortalecimento da cidadania brasileira. O contexto em que foi elaborada esta nova Constituição foi um período de grande mobilização social, onde nasceram muitos movimentos sociais que incentivaram a participação popular na construção de suas próprias alternativas de desenvolvimento. Acreditamos que a participação popular é fundamental para a construção de um desenvolvimento efetivamente democrático e economicamente igualitário. E no local onde você mora ou atua: Existe algum espaço que articula os diferentes atores? Esse espaço pensa o desenvolvimento local? Qual a tua participação nesse espaço? Quem participa nesses espaços?*



Nos últimos 50 anos os projetos e políticas de desenvolvimento, em vez de reduzir, ampliaram as diferenças de condições de trabalho e de qualidade de vida das pessoas; com isso, foram também ampliados os conflitos entre nações e a violência; degradando e esgotando recursos naturais, comprometendo o futuro do conjunto do planeta. Não se debatia a realidade das condições e da qualidade de vida, as alternativas para melhorias de trabalho e renda, bem como as prioridades e os resultados das políticas públicas. Não estava previsto e estabelecido que as análises sobre a realidade e os resultados dos projetos e das políticas de desenvolvimento; bem como suas melhorias são papel e tarefa dos gestores públicos e do conjunto dos atores e organizações sociais.

Os principais responsáveis pela elaboração dos projetos de desenvolvimento e pela execução das suas políticas públicas utilizavam políticas nacionais, com metodologias e procedimentos operacionais comuns para qualquer comunidade e município, tendo como objetivo principal o desenvolvimento econômico.

A modernização, no sentido amplo de geração de emprego e renda, valorização da pequena e média empresa, combate à pobreza, redução das desigualdades, provimento de políticas públicas de qualidade, ainda hoje, tende a ser vista como dinâ-

**H**á muito tempo e em todo mundo as diferenças existentes no clima, relevo, recursos naturais e nos conhecimentos e habilidades das pessoas influenciaram e continuam influenciando nos resultados das condições e na qualidade de vida do conjunto da população de uma comunidade, município, região, estado e país. Mas por um tempo acreditava-se que o desenvolvimento das grandes indústrias, dos meios de transportes, dos meios de comunicação e dos avanços tecnológicos reduziria estas diferenças. Acreditava-se que com dinheiro e tecnologias disponíveis, haveria oportunidades de trabalho e remuneração para todos, reduzindo as diferenças, permitindo a todas as pessoas uma vida “boa”, segundo as capacidades de cada um.



Sebastião Salgado

mica que vem de fora e que a comunidade espera de forma passiva, se mobilizando somente para disputar os empregos trazidos por novas empresas.

Nos anos 80 e 90 o espaço local começou a despertar o interesse de diferentes atores e passou a ganhar importância nos debates e perspectivas sobre os rumos do desenvolvimento. Estes foram identificados a partir de diferentes preocupações e objetivos, entre os quais se destacam:

- A não adequação na implementação de políticas públicas, resultou na utilização inadequada de recursos naturais, contribuindo pouco na redução da pobreza e da concentração da renda e, em muitos lugares, comprometeu a sustentabilidade dos recursos naturais;
- A não participação dos gestores públicos e das organizações sociais locais na operacionalização de políticas públicas federais e estaduais contribui no desvio de boa parte destes recursos. Práticas que ficaram conhecidas como a perda ou desvio de recursos públicos no caminho entre a sua saída dos órgãos e as fontes de recursos nacionais e internacionais, que definiram as políticas, e a sua utilização, nas comunidades e municípios, pelas pessoas e entidades definidas como as beneficiárias destas políticas;
- A abertura dos mercados nacionais, que foi se configurando no processo conhecido como globalização da economia, passou a indicar que as grandes fábricas com produção de um ou dois produtos em grande escala estavam gerando um custo de produção

muito alto. As pequenas e médias empresas, com sistemas de produção mais flexíveis, trabalhando em rede com outras empresas, foram indicando que as vantagens comparativas dos diferentes territórios são fundamentais para se ter ganhos de competitividade numa economia globalizada.

A realidade das características particulares de cada local, onde a utilização e sustentabilidade das características e potencialidades naturais específicas deste local e a utilização e qualificação dos melhores conhecimentos e habilidades da sua população passam a despertar o interesse e orientar as ações tanto dos atores como daqueles que procuram transformar a dinâmica do desenvolvimento. O espaço da comunidade, do município e da microrregião passa a ser a referência na orientação e reorientação dos seus interesses e ações para desenvolver novos arranjos socioeconômicos, voltados para a sustentabilidade. Na busca de articulação e viabilização, a partir das condições e recursos locais, de alternativas de desenvolvimento produtivo do território com novos espaços de formulação e gestão de políticas públicas.

O que muda são a compreensão, os objetivos e os valores que orientam as estratégias e os projetos dos diferentes atores que atuam num território. Para uns, interessa mais manter e ampliar os seus resultados econômicos, enquanto, para outros, interessa mais desenvolver uma cidadania mais participativa e a reconstrução do tecido social sob novas bases que asseguram condições de vida, mais igualitárias e sustentáveis para todos.

A partir dos anos 90 várias experiências com projetos de desenvolvimento local comprovam, no entanto, que a capacidade de auto-organização, a riqueza do capital social, a participação cidadã e o sentimento de identidade com a comunidade e o município, e a apropriação da realidade e dos processos de desenvolvimento são elementos vitais em sua consolidação. O desenvolvimento não é, meramente, um conjunto de projetos voltados ao crescimento econômico. É uma dinâmica cultural e política que transforma a vida social.

O desenvolvimento local está associado a iniciativas inovadoras e mobilizadoras dos atores de determinado local, onde as potencialidades humanas e naturais são aproveitadas conforme as condições do contexto. Quem define o tamanho, ou a abrangência do local são as relações de identidade dos atores que vivem num território.

No Brasil, o espaço local, enquanto comunidades e municípios, passou a ganhar importância,

principalmente, a partir da Constituição Federal de 1988, que começou a definir o marco regulatório para a democratização do país e para a descentralização de políticas públicas com a distribuição de responsabilidades entre as três esferas de governo. As regulamentações da Constituição Federal e as recomendações de algumas organizações internacionais, como o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sobre a necessidade da descentralização e da participação da sociedade civil na gestão das políticas de desenvolvimento, criaram condições favoráveis para que os movimentos populares em defesa da cidadania, pela ética na política e contra a fome e a miséria buscassem novos espaços de negociações com os governos e empresas locais para apoiar programas e ações de combate à fome e à miséria.

No contexto do crescimento do desemprego e da redução da disponibilidade de recursos públicos para investimentos na geração de empregos, as contradições e os conflitos resultantes dos projetos e das políticas de desenvolvimento precisam ser amenizadas ou resolvidas pelo conjunto dos atores nos espaços ou territórios onde eles ocorrem, passando a identificar os governos locais como responsáveis pela condução da resolução dos conflitos e redução das contradições. A partir dos anos 90 os governos locais foram desafiados e pressionados a assumir um comportamento de agentes de desenvolvimento.

As estratégias e os projetos adotados pelos governos locais para a resolução de conflitos e redução das contradições se diferenciam pelas diretrizes e projetos dos seus programas de governo, pelos condicionamentos do conjunto das políticas públicas locais e pelo contexto das relações do conjunto dos atores (econômicos, sociais, políticos, religiosos, culturais,..) de cada município. As estratégias e projetos podem ser caracterizados em torno de três tendências distintas, que são:

- tornar modernas e com maior eficiência local as formas tradicionais do desenvolvimento voltadas para a atração de grandes projetos externos, viabilizando para isto: distritos industriais, prestação gratuita de serviços de infra-estrutura; incentivos fiscais, projetos de capacitação técnica/profissional e organização de consórcios municipais;
- potencializar as verbas e a execução nos municípios de programas de geração de trabalho e renda de outras esferas de governo através da destinação de alguns recursos próprios da administração pública municipal como contrapartida para viabilizar parcerias com outras esferas públicas e privadas, resultando na boa gestão de programas de políticas públicas estaduais e nacionais e de projetos de empresas;

- estimular a articulação e viabilizar a execução integrada de recursos de políticas de diferentes órgãos das três esferas de governo, inclusive do governo municipal, e também com projetos de diferentes empresas públicas e privadas a partir de espaços e processos permanentes de debates, prioridades e projetos de desenvolvimento com todos os atores econômicos, sociais e políticos do município, organizando e consolidando redes de desenvolvimento, onde o gestor público é um dos agentes de desenvolvimento e os projetos articulam e integram diferentes programas de políticas públicas e de empresas públicas e privadas.

Os gestores públicos têm uma importância determinante na forma como se dá e nos resultados do desenvolvimento das comunidades e dos municípios. Fernando Guilherme Tenório (1991), fazendo referências a afirmações de Ladislau Dowbor afirma: as ações locais de desenvolvimento não podem ocorrer como monopólio do poder público. Este deve funcionar como um articulador e facilitador de ações, que só terão eficácia quando representativas de um projeto de desenvolvimento apropriado pela sociedade, no qual o poder público seja apenas um dos agentes envolvidos. É importante trabalhar também com a cultura local para afirmar direitos. Qualquer ação local de desenvolvimento deve ser organizada de maneira a garantir a afirmação de direitos iguais para todos os grupos da sociedade. Onde a cidadania não é um conceito absorvido e vivenciado pela maioria



da população, se exige uma grande preocupação com a criação de uma cultura política democrática (DOWBOR, 1996:43).

Segundo Tânia Zapata (2007) o conceito de desenvolvimento se baseia numa nova compreensão de desenvolvimento humano, que se orienta por resultados integrados em quatro dimensões:

A econômica, que busca resultados econômicos, com adequados níveis de eficiência através da capacidade de usar e articular fatores produtivos endógenos (que se originaram e estão integrados no território local) e para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas locais e integrando redes de pequenos empreendimentos econômicos;

A sociocultural que busca maior equidade social, que se contrapõe ao acelerado processo de “apartheid social”, através da maior participação dos cidadãos e cidadãs nas estruturas do poder, tendo como referência a história, os valores e a cultura do território;

A político-institucional que estimula a constituição de novas instituições públicas que, através da expressão política e maior representação dos segmentos

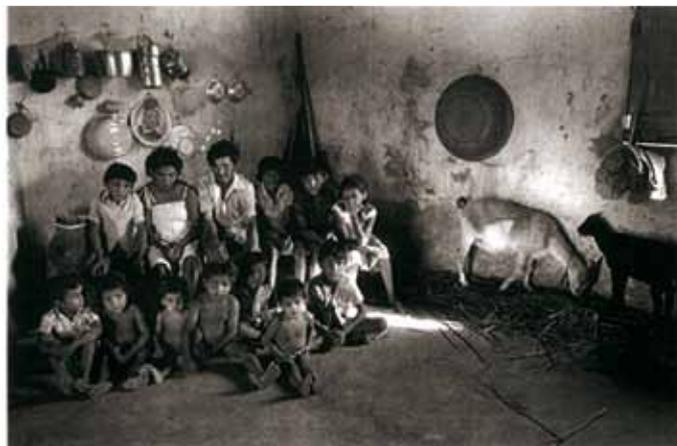
---

**Os objetivos devem buscar a realização do ser humano, necessariamente o empoderamento dos menos favorecidos e a democratização do acesso às condições materiais e imateriais. Os instrumentos, não são apenas subvenções e gastos públicos, mas, sobretudo, processos de articulação, capacitação e concertação, laços de cooperação e fortalecimento da identidade territorial.**

---

sociais, permitam a construção de políticas territoriais negociadas entre os agentes governamentais, do mercado e da sociedade civil, gerando um entorno inovador favorável à diversificação da economia local e ao exercício da cidadania;

A ambiental baseada na compreensão do meio ambiente, considerando o princípio da sustentabilidade em qualquer opção transformadora. Em suma, o desenvolvimento local pressupõe um olhar sistêmico e holístico sobre a realidade e a construção de novos paradigmas éticos que apontem para processos de desenvolvimento mais sustentáveis que contribuam para a felicidade e realização humana. Um olhar sistêmico e holístico sobre a realidade do desenvolvimento significa analisar a realidade e a qualidade de vida da população, tentando identificar e entender como se relacionam e integram o conjunto dos fatores produtivos e oportunidades de trabalho e renda com as condições e a qua-



Sebastião Salgado

lidade das opções de acesso à moradia, educação, saúde, lazer e cultura, ou seja, analisar a realidade e propor ações de desenvolvimento que integram o conjunto das questões que interferem na qualidade de vida de todas as pessoas de todo um território, que pode ser uma comunidade, município ou região.

Como conclusão nos vale uma referência de Tânia Zapata (2007) onde afirma que os objetivos finais do desenvolvimento local devem buscar a realização do ser humano. Devem buscar necessariamente o empoderamento dos menos favorecidos e a democratização do acesso às condições materiais e imateriais do desenvolvimento. Os instrumentos, por sua vez, não são apenas subvenções e gastos públicos diretos, centralizados e setorializados, mas, sobretudo, processos de articulação, capacitação e concertação para a criação de ambientes inovadores, laços de cooperação, fortalecimento da identidade territorial e o desenvolvimento de infra-estruturas e serviços de apoio social e empresarial. Daí a necessidade de se trabalhar o compromisso e a confiança mútua dos atores públicos e privados para construir, negociadamente, as institucionalidades facilitadoras de tais ações. Em suma, os três principais eixos do desenvolvimento local - capital humano e social, desenvolvimento produtivo do território e a concertação para a gestão participativa, nas suas interdependências e complementariedades - devem favorecer a construção da visão de futuro dos atores locais. A dimensão humana do desenvolvimento é o elo e o elemento de motivação, que tem como força motriz a educação e a capacitação, a articulação e o acompanhamento das ações entre os atores do desenvolvimento. Trata-se de recolocar o ser humano como sujeito, que, na relação dialética com a sociedade, pode transformar e fazer história com ética, dignidade e equidade.

#### **Bibliografia citada:**

TENÓRIO, Fernando G. “O Mito da Participação” In: *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: FGV/EBAP, vol. 25, nº 3, jul./set./ 1991.

\_\_\_\_\_. “O Mito da Participação”. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.24, n.3, p.162-164, maio/jul. 1990.

ZAPATA, Tânia Regina de Farias. *Texto socializado sobre Gestão participativa para o desenvolvimento local*. Recife, 2007.

# O QUE É PODER LOCAL

Ladislau Dowbor

“As pessoas não podem ser reduzidas a uma única dimensão como criaturas econômicas...Estamos redescobrimos essa verdade essencial, que as pessoas devem estar no centro de todo o desenvolvimento.”

*Nações Unidas, Relatório sobre o Desenvolvimento Humano -1990*



**Depois desse texto que problematiza o conceito de desenvolvimento local, você poderia com certeza se perguntar: como é o poder local na sua comunidade?**

**E na sua cidade? Como estamos construindo o poder local? Com quem estamos construindo esse poder?**

## O Poder local

Visitei recentemente um conjunto habitacional onde a organização do espaço foi definida pelos seus habitantes, que quiseram otimizar as suas condições de vida, e não por uma empreiteira que iria maximizar os lucros sobre o terreno e a construção. Os diversos prédios do conjunto são interligados em diversos andares, que permitem fácil comunicação interna. As outras atividades que respondem a necessidades diárias estão dispersas no espaço do conjunto: o mercadinho, a farmácia, a lavanderia e outros, compondo o chamado espaço “de a pé”, que permite ao homem e à mulher trabalharem sem se verem submetidos ao suplício diário quanto ao horário da criança na escola, da compra esquecida. E como o espaço externo dos prédios é comum, há ampla possibilidade de esportes, de bancos de jardim, de convívio social afetivo.

O que queremos sugerir, é que quando uma comunidade de famílias decide organizar as suas condições de vida de forma humana, isto é possível. Não há nenhuma lei que defina que para levar a criança para a escola seja obrigatório correr ou estacionar em fila dupla.

A realidade é que somos condicionados, desde nossa infância, a acreditar que as formas de organização do nosso cotidiano pertencem naturalmente a uma misteriosa esfera superior, o “Estado”, ou aos poderosos interesses da especulação imobiliária.

Em todo caso, acabamos convencidos de que a única opção que temos é de nos inserirmos da forma mais vantajosa possível no mundo tal como existe, definido por outros. A própria forma de definir o



Foto: Arquipélago, acervo do CAMP

mundo que nos cerca, seria coisa de terceiros.

Por outro lado, aceitamos que a modernização e social seja feita à custa do indivíduo, como se o conforto de um rio limpo, de ruas arborizadas (talvez até com frutas), ou simplesmente transitáveis, fosse incompatível com o desenvolvimento. Pensamos nisto como em coisas do passado. Na realidade, tanto as novas tecnologias que surgem como as formas modernas de gestão do nosso “espaço de vida” tornam isso mais possível do que nunca. A modernização não implica necessariamente correremos cada vez mais rápido atrás de resultados que não queremos.

O problema central, portanto, é o da recuperação do controle do cidadão, no seu bairro, na sua comunidade, sobre as formas do seu desenvolvimento, sobre a criação das dinâmicas concretas que levam a que a nossa vida seja agradável ou não. Mais uma vez, não há nenhuma lei que determine que devemos nos matar de trabalho para criar um mundo que não queremos. Já é tempo que nos tornemos exigentes.

Para quem anda em São Paulo, a coisa é evidente: temos quatro milhões de automóveis, que não andam. Temos apenas oito mil ônibus, e que andam 15 quilômetros por hora, porque não há espaço nas ruas. Temos apenas 40 quilômetros de Metrô, para 10 mil quilômetros de ruas, porque as opções



básicas são pelo carro. Assim não há espaço nem nos ônibus nem nas ruas. E temos cinco milhões de pessoas que diariamente vão ao trabalho ou à escola a pé. Em outros termos, conseguimos nos paralisar, de certa forma, por excesso de meios de transporte. E a deformação tende a se reforçar, pois quanto pior a circulação, mais o transporte individual aparece como indispensável, e mais carros entram nas ruas.

Este cruzamento, entre os avanços tecnológicos e as formas de crescimento econômico por um lado, e as nossas necessidades como seres humanos, está no centro do debate.

A nossa passividade tem sido alimentada e realimentada em duas fontes. A primeira é o liberalismo, que nos ensina que devemos evitar de nos intrometer na construção do mundo que nos cerca, porque existe uma “mão invisível”, o mercado, que asseguraria que chegaremos automaticamente ao “melhor dos mundos”. O que nos explicam, na impossibilidade de negar os absurdos, é que os outros caminhos são piores.

A segunda, é a da visão “estatizante”, que nos assegura que o planejamento central porá ordem em nossas vidas, simplificação que já foi desmentida pelos fatos.

Em resposta aos absurdos crescentes que encontramos na favela, no latifúndio e na fumaça das cidades congestionadas, surge com grande força, nas últimas décadas, uma tendência das pessoas se organizarem para tomar em mãos, senão os destinos da nação, pelo menos o destino do espaço que as cerca. E esta tendência se desenvolve hoje também nos países do Leste, onde a simples privatização está demonstrando os seus limites.

Este “espaço local”, no Brasil, é o município, unidade básica de organização social, mas é também o bairro, o quarteirão em que vivemos. Como é que se procede a esta racionalização do nosso espaço de vida? Como é que o cidadão recupera uma dimensão

essencial da sua cidadania?

Este pequeno livro vem trazer para o comum dos mortais, para a organização comunitária, para o prefeito, para o vereador, uma série de idéias sobre como criar num município uma capacidade de auto-transformação econômica e social. É o que aqui chamamos, de forma ampla, de “poder local”.

A questão do poder local está rapidamente emergindo para se tornar uma das questões fundamentais da nossa organização como sociedade. Referido como “local authority” em inglês, “communités locales” em francês, ou ainda como “espaço local”, o poder local está no centro do conjunto de transformações que envolvem a descentralização, a desburocratização e a participação, bem como as chamadas novas “tecnologias urbanas”.

No caso dos países subdesenvolvidos, a questão se reveste de particular importância na medida em que o reforço do poder local permite, ainda que não assegure, criar equilíbrios mais democráticos frente ao poder absurdamente centralizado nas mãos das elites.

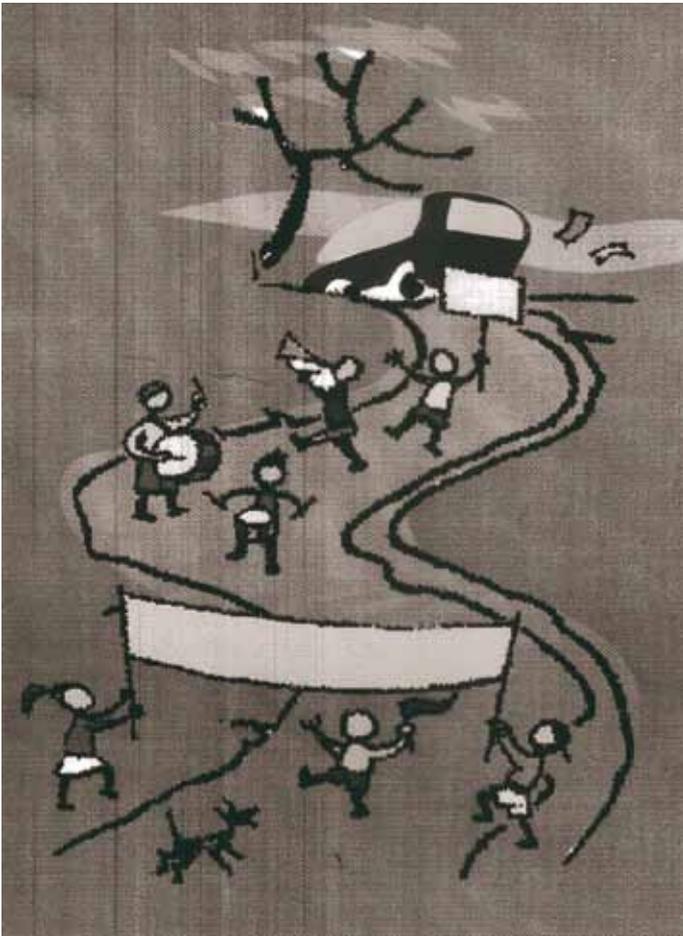
Fonte: [http://www.dowbor.org/poder\\_local.asp](http://www.dowbor.org/poder_local.asp)

Dowbor, Ladislau. *O que é Poder Local?*

Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos,

São Paulo, 1995.





*O modo como vivemos hoje é fruto de uma construção social. Sendo assim, se no passado essa construção social tivesse sido outra, nossa sociedade poderia ser diferente do que é hoje. E isso quer dizer que ela pode ser transformada conforme a nossa capacidade coletiva de transformar essa realidade. O texto de Darcy Ribeiro nos ajuda a pensar um pouco no conceito de cultura: aquilo que é construído pelos homens e mulheres nas suas relações entre si e na sua relação com os outros seres da natureza. O texto do Ivo e do Ivânio Dickmann nos ajuda a pensar como a partir dessa concepção de cultura podemos pensar os processos pedagógicos de educação popular. E o texto de Mário Sérgio Cortella nos ajudar a ver no estranhamento do índio xavante o quanto a nossa "sociedade civilizada" não tem lógica do ponto de vista das relações humanas: porque uma criança com fome não pode comer uma das milhares de maçãs que está exposta numa feira do mercado público? Será que é possível transformar essa realidade? O que é preciso para conseguir fazer essa transformação? Qual o papel de cada um de nós?*

**A**lém dos seres vivos e da matéria cósmica, existem, também, coisas culturais, muitíssimo mais complicadas. Chama-se cultura tudo que é feito pelos homens, ou resulta do trabalho deles e de seus pensamentos. Por exemplo, uma cadeira está na cara que é cultural porque foi feita por alguém. Mesmo o banquinho mais vagabundo, que mal se põe em pé, é uma coisa cultural. É cultura, também porque foi feita pelos homens, uma galinha. Sem a intervenção humana, que criou os bichos domésticos, as galinhas, as vacas, os porcos, os cabritos, as cabras não existiriam. Só haveria animais selvagens.

A minhoca criada para produzir humo é cultural, eu compreendo. Mas a lombriga que você tem na barriga é apenas um ser biológico. Ou será, ela também, um ser cultural? Cultural não é, porque ninguém cria lombrigas. Elas é que se criam e se produzem nas suas tripas.

Uma casa qualquer, ainda que material, é claramente um produto cultural, porque é feita pelos homens. A mesma coisa se pode dizer de um prato de sopa, de um picolé ou de um diário. Mas estas são coisas de cultura material, que se pode ver, medir, pesar.

Há, também, para complicar, as coisas da cultura imaterial, impropriamente chamadas de espiritual muitíssimo mais complicadas. A fala, por exemplo, que se revela quando a gente conversa, e que existe independentemente de qualquer boca falante, é criação cultural. Aliás, a mais importante. Sem

a fala, os homens seriam uns macacos, porque não poderiam se entender uns com os outros, para acumular conhecimento e mudar o mundo como temos mudado.

A fala está aí, onde existe gente, para qualquer um aprender. Aprende-se, geralmente, a da mãe. Se ela é uma índia, aprende-se a falar a fala dos índios, dos Xavantes, por exemplo. Se ela é uma carioca, professora, moradora da Tijuca, a gente aprende aquele português lá dos tujucanos. Mas, se você trocar a filhinha da índia pela filhinha da professora, e criar, bem ali, na praça Saens Penã, ela vai crescer como uma menina qualquer, tujucana, dali mesma. E vice-versa, o mesmo ocorre se a filha da professora for levada para a aldeia Xavante: ela vai crescer lá, como uma xavantinha perfeita falando a língua dos Xavantes e Xavanteando muito bem, sem nem saber que há tujucanos.

Além da fala, temos as crenças, as artes, que são criações culturais, porque inventadas pelos homens e transmitidas uns aos outros através das gerações. Elas se tornam visíveis, se manifestam, através de criações artísticas, ou de ritos e práticas - o batizado, o casamento, a missa - em que a gente vê os conceitos e as idéias religiosas ou artísticas, ajuda a gente de alguma forma? Sei não. Se não ajuda, diverte. É melhor que decorar um dicionário, ou aprender datas. Você não acha?

Fonte: Trabalho e Tecnologia - Caderno do Aluno CNM/CUT Integrar, 1998. P.19-20

# VISÃO PEDAGÓGICA DA CULTURA

Ivo e Ivânio Dickmann

“[A cultura] como o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez. A cultura como resultado do seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador. O sentido transcendental de suas relações. A dimensão humanista da cultura. A cultura como aquisição sistemática da experiência humana. Como uma incorporação, por isso crítica e criadora, e não como uma justaposição de informes ou prescrições doadas”.  
(Paulo Freire, *Educação como prática da liberdade*, p. 109)



Foto: Arquipélago, acervo do CAMP

**Q**uando Paulo Freire se propunha a pensar uma nova pedagogia escolheu instrumentalizá-la pelo diálogo (comunicação e intercomunicação, uma relação de simpatia entre os pólos em busca de algo). E percebeu então, que quem dialoga, o faz com alguém e sobre alguma coisa.

Sobre o que se dialogaria, então, na nova pedagogia proposta por Freire? A resposta que se encontrou foi que este “alguma coisa” seria os novos conteúdos da nova educação. O primeiro tema que surgiu foi o conceito antropológico de cultura. Seria preciso que os educandos e educandas pudessem compreender a diferença entre estes dois mundos, a saber, o da natureza e o da cultura, para que pudessem superar sua compreensão mágica e ingênua para outra cada vez mais crítica.

Esta distinção ajuda os educandos e educandas a ver o mundo de forma diferente, já que comecem, por conta própria separar as coisas que fazem no mundo, que não fizeram. E também percebem o que sofrem por aquilo que os outros fazem que lhes afeta negativamente a opressão e quanto podem educandos e educandas ao olharem um ramalhete de flores diziam: “Isto é natureza”. Logo após o edu-

gador e a educadora lhes mostrava as mesmas flores arranjadas em um vaso sobre uma mesa e perguntando-lhes se era natureza ou cultura surpreendia-se ao ouvir a precisa explicação: “São natureza, enquanto flores. São Cultura, enquanto adorno.”

Outros ainda afirmavam: “Faço cultura, pois sei fazer isso.” Demonstrava-se desta maneira como a cultura pode ser uma sistematização das experiências humanas que demandam saberes e conhecimentos para tais criações e fazeres.

Desta forma Freire entende que educação é “ação cultural” para a libertação. Não poderia a nova proposta pedagógica alimentar-se da visão mágica e ingênua da realidade para gerar nos educandos e nas educandas uma percepção crítica e criadora. Era preciso utilizar-se do diálogo para construir novas formas de ver o mundo da natureza e da cultura para que os educandos e as educandas se descobrissem fazedores (sujeitos) e não feitos (objetos).

Fonte: Dickmann, Ivo e Dickmann, Ivânio.

Primeiras Palavras em Paulo Freire.

Battistel, *Passo Fundo*, 2008. p. 78-79.

# TRECHO DO LIVRO “A ESCOLA E O CONHECIMENTO: FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS E POLÍTICOS”

Mario Sergio Cortella. Cortez, 2004.



Índio Xavante

“**E**m meados dos anos 70, dois caciques da nação Xavante vieram visitar São Paulo e foram levados para passear. Andaram no metrô, caminharam pela avenida Paulista, visitaram um shopping. Por fim, foram conhecer um dos prédios históricos paulistanos da região central que abriga um imenso mercado municipal (entrepósito de frutas, legumes e cereais) com a finalidade de serem surpreendidos com um cenário paradisíaco: alimentos acumulados em grande quantidade. Naquela época, os xavantes quase não usavam dinheiro como mediação para qualidade de vida. O alimento farto representava, para eles, uma riqueza incomensurável. Entraram, deram dois passos no interior do prédio e, subitamente, estancaram, boquiabertos com o cenário: pilhas e pilhas de alfaces, cenouras, tomates, laranjas.

Começaram a andar por entre as caixas de alimentos e, de repente, um deles viu algo que não veríamos, pois não chamaria nossa atenção. Ele apontou e disse: “O que ele está fazendo?”. “Ele” era um menino de uns 10 anos de idade, que catava no chão verduras e frutas amassadas, estragadas e sujas, e as colocava em um saquinho plástico. A resposta foi a “óbvia”: “Ele está pegando comida.”

O cacique continuou passeando, calado, provavelmente tentando compreender a resposta dada.

Depois de uns 10 minutos, voltou à carga: “ - Não entendi. Por que o menino está pegando aquela comida podre se tem tanta coisa boa nas pilhas e caixas?”

“ Porque para pegar nas pilhas precisa ter dinheiro.”

Insiste o xavante, já irritado, pois está escutando onde a injustiça sangra: “E por que ele não tem dinheiro?”

Réplica enfadonha do civilizado: “ Porque ele é criança.”

“ E o pai dele tem?”

“ Não, não tem.”

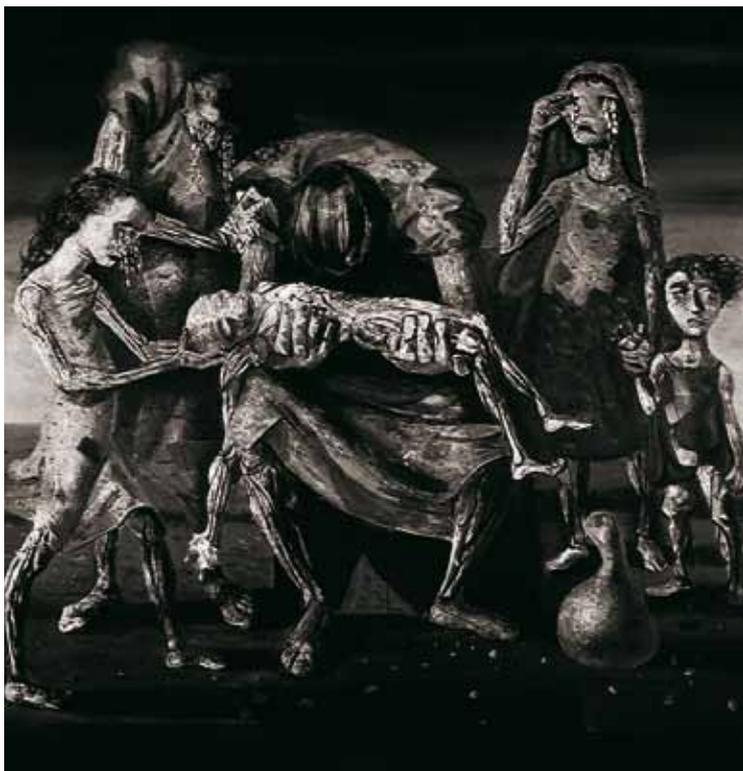
“ Então, não entendi de novo. Por que você, que é grande, tem dinheiro e o pai do menino, que também é, não tem?”

“ Porque aqui é assim!”

Os índios pediram para ir embora, não apenas do mercado, mas da cidade. Não tiveram uma revolta ética, mas cultural; não captaram um dos modos de organização de nossa cultura. Não conseguiram compreender essa situação tão “normal”: se uma criança tem fome e não tem dinheiro, come comida estragada. Para que pudessem aceitar mais tranquilamente o “porque aqui é assim” teriam de ter sido formados e formadores da nossa sociedade, freqüentando nossas instituições sociais e, também, nossas escolas; teriam que ter sido “civilizados”.

# MORTE E VIDA SEVERINA

João Cabral de Melo Neto



Criança Morta, Série Retirantes 1944 Painel a óleo/tela - Portinari



O poema *Morte e Vida Severina* é a obra mais popular e social do poeta brasileiro João Cabral de Melo Neto.

O poema foi escrito entre 1954 e 1955 e relata a dura trajetória de um migrante nordestino em busca de uma vida mais fácil e favorável no litoral, retratando a fuga da seca de retirantes que seguem o curso do rio Capibaribe. Encenada dez anos depois de sua publicação, com música de Chico Buarque, sua presença no teatro brasileiro tem sido constante. (Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Morte\\_e\\_Vida\\_Severina](http://pt.wikipedia.org/wiki/Morte_e_Vida_Severina)).  
Ao ler o poema, pense em sua própria vida: o que ela tem de semelhança com a de outras pessoas, que vivem perto de você ou até mais distante? E o que ela tem de diferente, de única? Será que somos mesmo muitos Severinos? Muitas Marias? Joãos? Anas? Se somos todos “iguais”, nossos problemas são os mesmos, como podemos pensar soluções para os nossos problemas?

O retirante explica ao leitor quem é e a que vai  
O meu nome é Severino,  
como não tenho outro de pia.  
Como há muitos Severinos,  
que é santo de romaria,  
deram então de me chamar  
Severino de Maria  
como há muitos Severinos  
com mães chamadas Maria,  
fiquei sendo o da Maria  
do finado Zacarias.

Mais isso ainda diz pouco:  
há muitos na freguesia,  
por causa de um coronel  
que se chamou Zacarias  
e que foi o mais antigo  
senhor desta sesmaria.  
Como então dizer quem falo  
ora a Vossas Senhorias?  
Vejamos: é o Severino  
da Maria do Zacarias,  
lá da serra da Costela,  
limites da Paraíba.  
Mas isso ainda diz pouco:  
se ao menos mais cinco havia  
com nome de Severino  
filhos de tantas Marias  
mulheres de outros tantos,  
já finados, Zacarias,  
vivendo na mesma serra  
magra e ossuda em que eu vivia.

Somos muitos Severinos  
iguais em tudo na vida:  
na mesma cabeça grande  
que a custo é que se equilibra,  
no mesmo ventre crescido  
sobre as mesmas pernas finas  
e iguais também porque o sangue,  
que usamos tem pouca tinta.  
E se somos Severinos  
iguais em tudo na vida,  
morremos de morte igual,  
mesma morte severina:  
que é a morte de que se morre  
de velhice antes dos trinta,

de emboscada antes dos vinte  
de fome um pouco por dia  
(de fraqueza e de doença  
é que a morte severina  
ataca em qualquer idade,  
e até gente não nascida).  
Somos muitos Severinos  
iguais em tudo e na sina:  
a de abrandar estas pedras  
suando-se muito em cima,  
a de tentar despertar  
terra sempre mais extinta,  
a de querer arrancar  
algum roçado da cinza.  
Mas, para que me conheçam  
melhor Vossas Senhorias  
e melhor possam seguir  
a história de minha vida,

passo a ser o Severino  
que em vossa presença emigra. [...]  
O carpina fala com o retirante  
que esteve de fora, sem tomar parte  
de nada  
Severino, retirante,  
Deixe agora que lhe diga:  
eu não sei bem a resposta  
da pergunta que fazia,  
se não vale mais saltar  
fora da ponte e da vida  
nem conheço essa resposta,  
se quer mesmo que lhe diga  
é difícil defender,  
só com palavras, a vida,  
mas se responder não pude  
à pergunta que fazia,  
ela, a vida, a respondeu  
com sua presença viva.  
E não há melhor resposta  
que o espetáculo da vida:  
vê-la desfiar seu fio,  
que também se chama vida,  
ver a fábrica que ela mesma,  
teimosamente, se fabrica,  
vê-la brotar como há pouco  
em nova vida explodida [...]

Fonte: MELO NETO, João Cabral de. *Morte e vida severina*.

In: *Id. Morte e vida severina e outros poemas para vozes*. 4. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

# AS CIDADES COMO SUPORTES DE MEMÓRIAS

Laura Antunes Maciel



**O lugar onde vivemos é o lugar onde construímos a nossa vida, estabelecemos relações com a vizinhança,**

**com as coisas, com os cheiros, as formas, as ruas, prédios e árvores. Esse território pertence àqueles que nele vivem e se comunicam. Por isso, é muito importante que as mudanças que nele acontecem sejam fruto da vontade e construção daqueles que ali vivem. Mas isso só vai acontecer se as pessoas se sentirem pertencentes a esse território, quando criam identidade com esse lugar e essas pessoas. Qual a relação que eu tenho com o território onde moro? Como construímos relação com o território quando ele não faz parte do nosso passado?**

**“Q**uando eu era pequena, Castanhal não tinha essas ruas assim não. A gente andava por essas ruas, era um caminho, só caminhos. Depois foi melhorando, foram fazendo casa e depois ficou como tá hoje. Que hoje eu não conheço. Conhecia mais antigamente. O Castanhal que a gente andava só pelos caminhos e muito pouco movimento.” (Depoimento da Sr. Leonor, 75 anos, dona de casa, moradora da cidade de Castanhal (PA), reproduzido da dissertação de mestrado de Franciane Gama Lacerda).

“A gente lembra do passado, né, a gente entristece... Quando a gente vê essas fotografias, a gente lembra do passado... Vêm até lágrimas nos olhos... Porque São Paulo mudou da noite para o dia... Foi uma mudança, pra pior, pode-se dizer... (...) Hoje é uma balbúrdia enorme, uma Praça da Sé que não se entende mais, muito... Ela é muito confusa, muito barulhenta... Comparando com antigamente... é... nem há palavras pra poder dizer.” (Depoimento

do Sr. Orfeu, 74 anos, bancário aposentado, morador de São Paulo SP, reproduzido do livro *Paulicéias Perdidas*).

“Na Curitiba da década de 30, a maioria das casas era de madeira, principalmente de pinho do Paraná (...) Material, então, abundante e barato. (...) A gradativa escassez da madeira fez com que a alvenaria se tornasse mais barata. O concreto substituiu as vigas de peroba, de canela, de araribá, e as construções perderam o encanto dos lambrequins, dos assoalhos de tábuas largas, das varandas de grade de madeira torneada...” (Depoimento do Sr. João Freitas Netto reproduzido de *Memória da Curitiba urbana*).

“Aqui [na Praça da Sé] teve um acontecimento em 1918, teve a greve dos sapateiros, a cavalaria entrou em ação. Era uma greve de salário. Porque operário naquele tempo ganhava vinte, vinte dois réis por mês. Então nós fizemos uma greve pra ver se nós alcançaríamos trinta mil réis por mês. Aí o governo mandou a cavalaria pisar por cima do pessoal”. (Depoimento do Sr. Antonio, 84 anos, tipógrafo aposentado em São Paulo SP, reproduzido do livro *Paulicéias Perdidas*).

“Quem já não escutou estórias de suas avós ou tias mais velhas, lembrando o doce passado de Porto Alegre antigo, mas não tão antigo assim (...). Mas que fim levaram todos esses espaços?” (Jornal Zero Hora, de 29 de março de 1987).

“Outro dia, caminhando para o Viaduto do Chá, observava como tudo havia mudado em volta, ou quase tudo. O Teatro Municipal repintado de cores vivas, ostentava sua qualidade de vestígio destacado do conjunto urbano. Nesse momento descobri, sob meus pés, as pedras do calçamento, as mesmas que pisei na infância. Senti um grande conforto. (...) As lembranças se apóiam nas pedras da cidade, a



Ilha do Pavão - Acervo CAMP

memória escolhe lugares privilegiados de onde retira sua seiva”. (Lembrança de Ecléa Bosi reproduzida do livro Memórias e Sociedade: lembranças de velhos.)

Antigamente, as pessoas viviam e morriam em cidade que mudavam muito pouco. Cercadas pelo apoio da família e dos amigos, confiavam que as pessoas de sua convivência não seriam obrigadas a se afastar. Construíam-se valores ligados à prática coletiva, como a vizinhança, as relações familiares, o apego a coisas e objetos que duravam a vida toda. Essa longa convivência com as ruas, os bairros e a cidade permitia criar vínculos afetivos e trazia um sentimento de conforto, equilíbrio e estabilidade. Esses eram os arrimos em que a memória dos grupos se apoiava.

Como diz a psicóloga Ecléa Bosi, nossas lembranças se apóiam nas pedras da cidade; a memória encontra seu ponto de apoio nas ruas, calçadas, casas, praças e outros espaços conhecidos com os quais convivemos um longo tempo, ao ponto deles se tornarem familiares “como a palma de nossa mão”. É por isso que, mesmo passados muitos anos, podemos nos lembrar com detalhes da casa onde crescemos e dos lugares onde passamos a infância; temos a sensação de que, ainda hoje, poderíamos refazer, de olhos fechados, o caminho inúmeras vezes percorrido entre a casa e a escola, ou até a padaria da esquina e mesmo para o trabalho.

Esforçando um pouco mais, talvez fosse possível voltar a sentir os cheiros e ouvir os barulhos que acompanham as lembranças dos acontecimentos que vivemos nesses lugares. Poderíamos recordar as mudanças que acompanhamos no bairro: a chegada dos postes e da luz elétrica, as novas casas construídas (e os vizinhos que chegaram com elas), o calçamento da rua, os muros, os terrenos baldios

que foram sumindo um a um, a primeira venda (ou supermercado), os orelhões, etc. Esse sentimento de familiaridade, de coisa conhecida, próxima, que a memória proporciona nos traz um sentido de pertencimento, de fazer parte de alguma coisa, de ter uma identidade compartilhada com outras pessoas. Além disso, talvez seja possível lembrar dos acontecimentos que vivemos nesses lugares, dos momentos importantes e das pessoas com as quais vivemos essas histórias.



Enchente de 1941, Porto Alegre

Mas o que acontece com a nossa memória quando a cidade em que vivemos cresce com muita rapidez ou quando somos forçados a mudar com frequência? As reformas e demolições constantes nas cidades maiores destroem também as lembranças dos acontecimentos que vivemos nesses lugares. Talvez isso explique o sentimento de perda e desorientação do Sr. Orfeu, para quem São Paulo “mudou da noite para o dia” ao ponto dele não conhecer mais a cidade onde nasceu. Essa também é a sensação de Dona Leonor ao dizer que hoje conhece menos a cidade de Castanhal, onde sempre viveu. Se, para alguns, as mudanças são um sinal do progresso, para muitos significam uma perda, medo e insegurança quan-

to ao futuro. Talvez as pessoas mais jovens não percebam a violência e a rapidez da destruição de nossas cidades. Mas os velhos sabem que junto com os pedaços destruídos das cidades é um pouco de suas vidas que também se perde.

Voltando à Ecléa Bosi, ela nos alerta para outros aspectos do que chamou de “desenraizamento”: “Entre as pessoas mais pobres, a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado; perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças”. Perder o contato com a família ou com os companheiros de trabalho com os quais vivemos várias experiências, enfraquece, e até mata, as raízes

que nos ligam ao nosso passado individual, familiar e coletivo. A mudança freqüente de rua, de bairro ou de cidade embaralha e confunde as nossas lembranças e podem provocar o esquecimento. Nas famílias obrigadas a migrar por necessidade, é comum extravaiarem-se fotografias, cartas e objetos de valor afetivo e que serviam de ligação com os lugares e as pessoas que deixamos para trás.

Mas, diz Ecléa, “a tristeza do indivíduo não muda o curso das coisas: só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada. Só a inteligência e o trabalho de um grupo [uma sociedade de amigos de bairro, por exemplo] podem reconquistar as coisas preciosas que perderam, enquanto elas são reconquistáveis. Quando não há essa resistência coletiva, os indivíduos se dispersam e são lançados longe, as raízes partidas”. É no grupo que compartilhamos acontecimentos, é através das lembranças de amigos e familiares que conferimos os nossos pontos de vista, avaliamos os fatos recentes que vivemos, comparamos versões, acrescentamos detalhes, corrigimos e passamos a limpo nossas lembranças.

O grupo ajuda a transmitir, a manter e a reforçar as lembranças; quando nos identificamos com um grupo (e mantemos uma convivência duradoura), há uma tendência de criar formas semelhantes de interpretação e memorização dos fatos vividos juntos; o passado do grupo é o nosso passado. Sem essas lembranças grupais é como se estivéssemos sonhando ou imaginando; já não temos certeza, hesitamos, até nos confundimos quando falamos de algo que só nós vivemos. É que nos falta o testemunho, os detalhes, os esforços de outras lembranças. Assim também acontece com as cidades quando se constroem grandes avenidas onde antes existiam vilas e praças, quando belos casarões são uns encobertos com propagandas e painéis e outros derrubados para servir como estacionamento. Em nome de numa lógica que prioriza a utilidade e o lucro (para alguns), pedaços da cidade e as histórias de seus habitantes são apagados.

Mas as cidades podem contar histórias como os livros ou os documentos históricos. Desde que estejamos dispostos a olhar e sentir o que elas têm a no

dizer; desde que busquemos os lugares de onde retiramos a seiva. Portanto, é no esforço para lembrar, na rebeldia em não esquecer e na resistência que se encontram as chaves para a ação coletiva transformadora.

Isso não significa que seja possível ou desejável manter a cidade sem mudanças, como se ela estivesse congelada, paralisada. Significa que as mudanças deveriam expressar a vontade do conjunto dos seus moradores; que as transformações respeitassem as histórias de milhares de vidas que se misturam às ruas, aos bairros, e garantissem o direito ao passado dos diferentes grupos que compõem a sociedade e a cidade. As questões em torno da memória não podem ser tratadas apenas como saudosismo, nostalgia, apego ao passado, mas como o reconhecimento de que todos (ricos e pobres) têm direito ao passado e que este direito não é diferente de outros direitos básicos dos cidadãos como a qualidade da vida, a moradia, o trabalho, a educação, etc.



Porto Alegre, Rua dos Andradas

Estes também estão assegurados em leis desde a elaboração da Constituição Federal de 1988. A partir dela, os municípios tiveram que adequar ou criar instrumentos para garantir a participação popular (como os conselhos de representantes e a realização de plebiscitos) na definição dos destinos da cidade. Em particular, quando for proposta a construção de obras (por exemplo, Shopping Centers, conjuntos habitacionais, hipermercados, viadutos, pontes, etc.) com grande impacto ambiental e social, as leis Orgânicas dos municípios garantiram, quase sempre, o direito à informação a qualquer cidadão, a ampla discussão através de audiências públicas, e sua aprovação ou não pela população.

Além disso, existe a obrigatoriedade dos municípios criarem Planos Diretores que estabeleçam as prioridades no desenvolvimento das cidades, ouvindo as entidades e associações de moradores. Portanto, cabe aos moradores pressionarem para transformar essas “leis de papel” em leis de fato que garantem um papel ativo na construção da cidade que queremos.

Fonte: *Leitura e Interpretação de Desenho - Caderno do Aluno CNM/CUT Integrar. P.50-54*

# O CORTIÇO

Aluísio Azevedo



**O Cortiço, escrito por Aluísio de Azevedo em 1890, foi um livro que chocou muito a sociedade da sua época. É um marco do Naturalismo no Brasil, onde**

**os personagens principais são os moradores de um cortiço no Rio de Janeiro, precursor das favelas, onde moram os excluídos, os humildes, todos aqueles que não se misturavam com a burguesia, e todos eles possuindo os seus problemas e vícios, decorrentes do meio em que vivem. O autor descreve a sociedade brasileira da época, formada pelos portugueses, os burgueses, os negros e os mulatos, pessoas querendo mais e mais dinheiro e poder, pensando em si só, ao mesmo tempo em que presenciam a miséria, ou mesmo a simplicidade de outros. (Fonte: <http://pt.wikipedia.org>).**

**Lendo esse texto, reflita sobre a sua própria comunidade: como ela se constituiu? De onde vieram os que hoje são seus moradores? Onde eles trabalham? Como são as relações de vizinhança? Como são as casas e ruas? Quais são os espaços de integração / de encontro entre as pessoas?**

“Entretanto, a rua lá fora povoava-se de um modo admirável. Construía-se mal, porém muito; surgiam chalés e casinhas da noite para o dia; subiam os aluguéis; as propriedades dobravam de valor. Montara-se uma fábrica de massas italianas e outra de velas, e os trabalhadores passavam de manhã e às ave-marias, e a maior parte deles ia comer à casa de pasto que João Romão arranjava aos fundos da sua venda.” [...]

“Não obstante, as casinhas do cortiço, à proporção que se atamancavam, enchiam-se logo, sem mesmo dar tempo a que as tintas secassem. Havia grande avidéz em alugá-las; aquele era o melhor ponto do bairro para a gente do trabalho. Os empregados da pedreira preferiam todos morar lá, porque ficavam a dois passos da obrigação.” [...]

“Eram cinco horas da manhã e o cortiço acordava, abrindo, não os olhos, mas sua infinidade de portas e janelas alinhadas.

Um acordar alegre e farto de quem dormiu de uma assentada sete horas de chumbo. Como que se sentia ainda na indolência da neblina as derradeiras notas da última guitarra da noite antecedente, dissolvendo-se à luz loira e tenra da aurora, que nem um suspiro de saudade perdido em terra alheia.

A roupa lavada, que ficara de véspera nos cordouros, umedecia o ar e punha-lhe um fartum acre de sabão ordinário. As pedras do chão, esbranquiçadas no lugar da lavagem e em alguns pontos azulados pelo anil, mostravam uma palidez grisalha e triste, feita de acumulação de espumas secas.

Entretanto, das portas surgiram cabeças congestionadas de sono; ouviam-se amplos bocejos, fortes como o marulhar das ondas; pigarreava-se grosso por toda a parte; começavam as xícaras a tilintar; o



Cortiço no centro de São Paulo, próximo à Estação da Luz. Foto: A Carlos Pupo

cheiro quente do café aquecia, suplantando todos os outros; trocavam-se de janela para janela as primeiras palavras, os bons-dias; reatavam-se conversas interrompidas à noite; a pequenada cá fora traquinava já, e lá dentro das casas vinham choros abafados de crianças que ainda não andam. No confuso rumor que se formava, destacavam-se risos, sons de vozes que altercavam, sem se saber onde, grasnar de marrecos, cantar de galos, cacarejar de galinhas. De alguns quartos saíam mulheres que vinham pendurar cá fora, na parede, a gaiola do papagaio, e os louros, à semelhança dos donos, cumprimentavam-se ruidosamente, espanejando-se à luz nova do dia.

Daí a pouco, em volta das bicas era um zunzum crescente; uma aglomeração tumultuosa de machos e fêmeas. Uns, após outros, lavavam a cara, incomodamente, debaixo do fio d'água que escorria da altura de uns cinco palmos. O chão inundava-se. As mulheres precisavam já prender as saias ente as coxas para não molhar: via-se-lhes a tostada nudez dos braços e do pescoço, que elas despiam, suspendendo o cabelo todo para o alto do casco; os homens, esses não se preocupavam em não molhar o pêlo, ao contrário metiam a cabeça bem debaixo da água e esfregavam com força as ventas e as barbas, fossando e fungando contra as palmas das mãos. As portas das latrinas não descansavam, era um abrir e fechar de cada instante, um entrar e sair sem tréguas. Não demoravam lá dentro e vinham ainda amarrando as calças ou as saias; as crianças não se davam ao trabalho de lá ir, despachavam-se ali mesmo, no capinzal dos fundos, por detrás da estalagem ou no recanto das hortas.

O rumor crescia, condensando-se; o zunzum de todos os dias acentuava-se; já se não destacavam vozes dispersas, mas um só ruído compacto que enchia todo o cortiço. Começavam a fazer compras e vendas; ensarilhavam-se discussões e rezingas; ouviam-se gargalhadas e pragas; já se não falava, gritava-se. Sentia-se naquela fermentação sangüínea, naquela gula viçosa de plantas rasteiras que mergulham os pés vigorosos na lama preta e nutriente da vida, o prazer animal de existir, a triunfante satisfação de respirar sobre a terra.” [...]

Fonte: Trechos extraídos do livro *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo. São Paulo, Klick Editora, 1997, p. 20-21, 30-31.

# A CIDADE IDEAL

Chico Buarque

Composição: Enriquez/Bardotti/Chico Buarque



A música "A cidade ideal" pertence à peça "Saltimbancos" escrita por Chico Buarque no período da ditadura militar. Ao longo da história, os animais

jumento, galinha, gato e cachorro se rebelam com sua situação de exploração e compõem um grupo de cantadores andarilhos. Lutam contra seus exploradores e nesta música se dão conta que cada um tem um sonho diferente de cidade e começam a pensar o que eles querem construir no lugar daquele modo de vida com o qual eles esta-

vam acostumados: Como podemos construir uma cidade / sociedade que seja boa para todos? Qual é a nossa cidade ideal? Será que existe um modelo que já está pronto? Como é possível respeitar a diversidade num projeto coletivo?

Para construirmos uma sociedade ideal é necessário que sejamos flexíveis. Para juntar diferentes interesses, é preciso ter uma visão ampla e estar aberto para o bem de todos. E isso vale para as diversas dimensões da nossa vida: família, associações, vizinhança, trabalho, etc.

## Jumento:

Àquela altura da estrada já éramos quatro amigos.  
Queríamos fazer um conjunto, bem.  
Queríamos ir juntos à cidade, muito bem.  
Só que, à medida que agente ía caminhando,  
quando começamos a falar dessa cidade, fui percebendo  
que os meus amigos tinham umas idéias bem esquisitas  
sobre o que é uma cidade. Umas idéias atrapalhadas,  
cada ilusão. Negócio de louco...

## Cachorro:

A cidade ideal dum cachorro  
Tem um poste por metro quadrado  
Não tem carro, não corro, não morro  
E também nunca fico apertado

## Galinha:

A cidade ideal da galinha  
Tem as ruas cheias de minhoca  
A barriga fica tão quentinha  
Que transforma o milho em pipoca

## Crianças:

Atenção porque nesta cidade  
Corre-se a toda velocidade  
E atenção que o negócio está preto  
Restaurante assando galetto

## Todos:

Mas não, mas não  
O sonho é meu e eu sonho que  
Deve ter alamedas verdes  
A cidade dos meus amores  
E, quem dera, os moradores  
E o prefeito e os varredores  
Fossem somente crianças

Deve ter alamedas verdes  
A cidade dos meus amores  
E, quem dera, os moradores  
E o prefeito e os varredores  
E os pintores e os vendedores  
Fossem somente crianças

## Gata:

A cidade ideal de uma gata  
É um prato de tripa fresquinha  
Tem sardinha num bonde de lata  
Tem alcatra no final da linha

## Jumento:

Jumento é velho, velho e sabido

E por isso já está prevenido

A cidade é uma estranha senhora  
Que hoje sorri e amanhã te devora

## Crianças:

Atenção que o jumento é sabido  
É melhor ficar bem prevenido  
E olha, gata, que a tua pelica  
Vai virar uma bela cuíca

## Todos:

Mas não, mas não  
O sonho é meu e eu sonho que  
Deve ter alamedas verdes  
A cidade dos meus amores  
E, quem dera, os moradores  
E o prefeito e os varredores  
Fossem somente crianças

Deve ter alamedas verdes  
A cidade dos meus amores  
E, quem dera, os moradores  
E o prefeito e os varredores  
E os pintores e os vendedores  
As senhoras e os senhores  
E os guardas e os inspetores  
Fossem somente crianças



# DEFINIÇÕES DE TERRITÓRIO

Diversos autores



Foto: Arquipélago, acervo do CAMP

“O atual debate sobre o território configura uma amálgama de visões que oscilam entre percebê-lo como uma configuração estática até a visão de território como realidade complexa e dinâmica, em permanente transformação, reflexo das dinâmicas físicas, socioeconômicas e culturais do contexto local. A noção de território apresenta controvérsias porque amplifica nosso olhar e diversifica as possibilidades de compreender, sistematizar e modificar a realidade complexa.” (...)

“O território constituído como espaço social produzido e delimitado por um entorno que o ordena é construído como representação: como tal, pode ser uma ferramenta, um recurso do desenvolvimento econômico e social. Nesta perspectiva se incluem no processo do planejamento as diferentes dimensões do território destacando sua complexidade.”

*Fragmento do texto: GEHLEN, Ivaldo. RIELLA, Alberto. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 20-26.*

## Pautando o debate sobre território:

A abordagem do território é relativamente recente. Apenas na década de 90 este conceito começa a ser mais apropriado pela sociedade e designa o espaço apropriado – prática ou simbolicamente – por diferentes atores. O território é o palco das relações entre diferentes atores e seus respectivos interesses. O que dá o caráter de território a um determinado espaço geográfico qualquer é a sua apropriação. Portanto, não há território sem ator social. Segundo Claude Raffestin (1993): *“o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as*



**Fala do CAMP:** Para refletir sobre esse tema, fizemos uma bricolagem, com algumas definições sobre território.

**Compreendendo-o não apenas como um espaço físico, mas como uma construção histórica feita pelos diversos atores e interesses que se relacionam nesse lugar e fora dele. E você, como vê o seu território? Como se dão as relações de poder? Será que é possível pensar o local sem pensar o global ou vice-versa?**

*relações que envolve, se inscreve num campo de poder” (p. 144).*

Marcelo Lopes de Souza é mais direto quando diz que *“todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território. Do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído países membros da OTAN” (2001, p.11).* Ainda na relação de poder no território, outro autor, Saquet (2004) diz que *“a apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais”.*

Para Milton Santos, com sua profunda e destemida crítica ao globalitarismo, o território é atravessado por relações horizontais (que são as relações entre “os de baixo”: os agrupamentos por motivos políticos, por expressão cultural, por resistência, por solidariedade..) e verticais que são as imposições do global, do mercado, dos órgãos internacionais de regulação (OMC, FMI, etc, etc). Para este autor, o território é condicionado (não determinado) pelos interesses dos grupos econômicos hegemônicos que se materializam nos territórios, e que não têm nenhum compromisso ético com os territórios.

A grande contradição de nosso tempo passa pelo uso do território, porque, apesar dessa intervenção vertical, é no território que acontece a resistência. A partir dele podem haver movimentos para superar as perversidades impostas pelo mundo. O território é uma construção histórica, fruto das contradições existentes na sociedade, como “parte” de – e atravessada por – um todo.

## Algumas citações feitas por Valdir Dallabrida:

“Território deriva do latim terra e torium, significando terra pertencente à alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à pro-

priedade da terra, mas a sua apropriação” (Corrêa, 1994, p. 251).

“O território é o espaço territorializado, apropriado. É o âmbito local da escala espaço-temporal. O território é o lugar de relações entre a sociedade e a natureza e dos homens entre si. Em função disso torna-se espaço de ação e de poder. “O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas” (Raffaestin, 1993, p. 58).”

“Primeiro se pertence a um território, para depois pertencer-se a uma sociedade. Essa ligação do homem ao território é tamanha ao ponto de Boisier chamar o homem de “animal territorial”. Como animal territorial, o homem se organiza territorialmente, desde a aldeia tribal até a moderna aldeia global. A derrubada do Estado benfeitor e das vastas redes sociais de apoio que o caracterizam até há pouco tempo (grande empresa, forte sindicato, emprego estável e seguridade social coletiva) Fortalece o âmbito local como o novo território da solidariedade (Boisier, 1996).

Quando o território, como unidade de gestão, se expande pelo espaço não-ocupado ou ocorre uma reordenação dos territórios, “cria novas formas de territorialidades que, dialeticamente, provocam novas formas de desterritorialidades e dá origem a novas territorialidades” (Andrade, 1994, p. 220).

O conceito de territorialidade refere-se ao que se encontra no território, ou ao processo subjetivo de conscientização da população a respeito de sua inclusão em um território. A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do con-

sumo das coisas. A territorialidade expressa-se pelas “relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial” (Souza, 1995, p. 99).

“O sentido de pertença, de identidade regional, de tomada de consciência regional e de ação regional define a territorialidade regional” (Cara, 1995, p. 263). Isso, como última consequência, leva à transformação territorial, mediante a adoção coletiva de um projeto de desenvolvimento, com racionalidade própria.

“Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem de um território, de um local de relações (...) A imagem ou modelo, ou seja, toda a construção da realidade é um instrumento de poder” (Raffestin, 1993, p. 144-5). Logo, o planejamento territorial regional pode ser instrumento de poder, tanto para os atores locais do desenvolvimento quanto para a dominação do território, quando realizado sem a efetiva participação da coletividade local.

“Para uma dada coletividade, gerir autonomamente o seu território e autogerir-se são apenas os dois lados de uma mesma moeda, e representam ambos conditio sine qua non para a gestão socialmente justa dos recursos contidos no território” (Hoesbaert, 1995, p.112).

*Fragmentos do texto: DALLABRIDA, Valdir Roque. O Desenvolvimento Regional – A necessidade de novos paradigmas. EDUNISC e Editora Unijuí, 2000.*

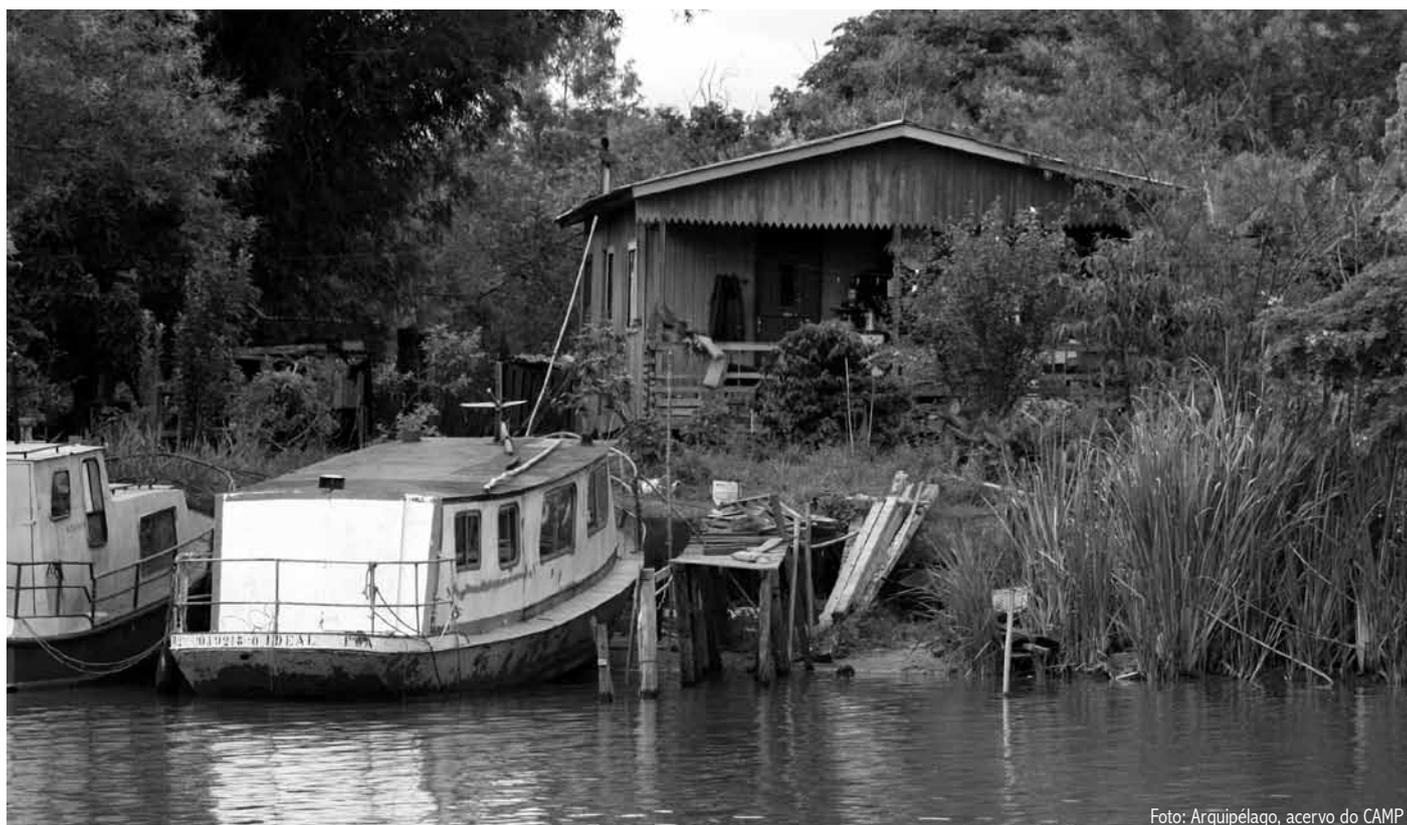


Foto: Arquipélago, acervo do CAMP

# ROTEIRO DA OFICINA DE VISUALIZAÇÃO – TERRITÓRIO

Helena Bins Ely



Foto: Arquipélago, acervo do CAMP

**Objetivo:** sensibilizar os participantes para a importância de observar o espaço onde moramos ou militamos, as mudanças que ocorrem nesse território, as relações que se constroem nesse espaço, a identidade que construímos ou não com esse espaço e o papel que ocupamos na transformação ou conservação desse espaço. Introduzir a reflexão sobre território, identidade territorial e capacidade de mobilização social.

**Tempo de duração aproximado:** 3hs.

**Materiais necessários:** aparelho de som e CD com música suave, folhas de ofício em branco, giz de cera fita crepe.

## Roteiro:

Explicar rapidamente o que faremos na oficina. Colocar uma música suave e pedir que todos caminhem livremente pela sala observando as pessoas, os objetos e o ambiente.

Pedir que cada um encontre uma posição confortável na sala, fechem os olhos para fazer uma “viagem imaginária” à comunidade onde mora ou trabalha:

Olhe para a sua comunidade como quem olha de cima, de longe, como se fosse um pássaro: como é este lugar? Como são as ruas? Tem calçamento? Tem iluminação pública? Como são as casas? Quem são os meus vizinhos? Que prédios têm aqui: escolas, posto de saúde, creche, igreja, etc? Quem são as pessoas que circulam nesses lugares? Onde eu encontro com elas? O que eu sinto em relação a elas? Quais são os movimentos que acontecem aqui todo dia: quem entra? Quem sai?

Quando? Que horário? Para onde vai? De onde vem? Quais são os sons desse lugar? Quais são os cheiros? Onde eu estou? Quais são os meus movimentos nesse lugar? O que eu sinto em relação a esse lugar? O que eu mais gosto aqui? O que eu não gosto?

Agora vamos viajar no tempo, voltar para o passado deste lugar, para o tempo em que eu conheci este lugar: quando eu vi este lugar pela primeira vez? Eu nasci aqui? Eu me mudei para cá? Ou eu vim trabalhar aqui? Como era esse lugar quando eu o vi pela primeira vez: como eram as ruas? As casas? Havia escola? Creche? Posto de saúde? O que a gente fazia? Quem eram os meus amigos? E os vizinhos? Onde a gente se encontrava? Quais eram os movimentos que aconteciam na comunidade? Quais eram os sons? E os cheiros? O que eu sinto em relação a esse passado? Quais são as sensações que eu guardo?

Agora olhe novamente sua comunidade de longe, como quem olha de cima, como um pássaro: olhe para ela como se você pudesse ver ao mesmo tempo esse lugar hoje e esse lugar no passado. Procure visualizar essa imagem. Compare esses dois lugares: o que há de semelhante? O que há de diferença? O que mudou? Porque mudou? O que eu sinto em relação a essas mudanças? O que eu sinto em relação a esse lugar? Cristalice na sua mente a imagem desse lugar no presente e no passado.

Agora transforme essa imagem em desenho: em uma folha de papel desenhe a imagem que você guarda desse lugar do presente e do passado.

À medida que as pessoas forem finalizando seus desenhos, constituir pequenos grupos. Em cada grupo, as pessoas vão observar os desenhos uns dos outros, fazendo interpretações ou observações de semelhanças e diferenças. Neste momento as pessoas não falam dos seus próprios desenhos, só depois de o grupo ter feito observações sobre todos os desenhos é que cada um comenta o seu. Ao final, o grupo deve tentar fazer uma síntese dos desenhos: o que mais marcou, o que há de semelhança, e de diferença, etc. E escolher um desenho que possa representar a síntese do grupo.

Cada deverá apresentar sua síntese em plenária. A partir das apresentações, provocar a reflexão sobre território e identidade territorial.

# PARABOLICAMARÁ

Letra e Música: Gilberto Gil, 1991



*Nesta música, Gilberto Gil – de forma sutil – nos ajuda a ver como mudanças materiais e tecnológicas da sociedade alteram a forma como a gente enxerga e se relaciona com o próprio território onde vivemos. O tempo e o espaço se modificam quando*

*estamos numa jangada e ou quando estamos num avião. O tempo que uma informação leva para chegar aos nossos ouvidos através dos raios das antenas é menor que o tempo que Rosa leva para colocar o balaio nas costas... Que mudanças será que isso tem trazido para as nossas vidas?*



Antes mundo era pequeno  
Porque Terra era grande  
Hoje mundo é muito grande  
Porque Terra é pequena  
Do tamanho da antena  
Parabolicamará  
Ê volta do mundo, camará  
Ê, ê, mundo dá volta, camará

Antes longe era distante  
Perto só quando dava  
Quando muito ali defronte  
E o horizonte acabava  
Hoje lá trás dos montes  
den'de casa camará  
Ê volta do mundo, camará  
Ê, ê, mundo dá volta, camará

De jangada leva uma eternidade  
De saveiro leva uma encarnação  
Pela onda luminosa  
Leva o tempo de um raio  
Tempo que levava Rosa  
Pra aprumar o balaio  
Quando sentia  
Que o balaio ía escorregar  
Ê volta do mundo, camará  
Ê, ê, mundo dá volta, camará

Esse tempo nunca passa  
Não é de ontem nem de hoje  
Mora no som da cabaça  
Nem tá preso nem foge  
No instante que tange o berimbau  
Meu camará

Ê volta do mundo, camará  
Ê, ê, mundo dá volta, camará

De jangada leva uma eternidade  
De saveiro leva uma encarnação  
De avião o tempo de uma saudade

Esse tempo não tem rédea  
Vem nas asas do vento  
O momento da tragédia  
Chico Ferreira e Bento  
Só souberam na hora do destino  
Apresentar  
Ê volta do mundo, camará  
Ê, ê, mundo dá volta, camará

# DA GLOBALIZAÇÃO AO PODER LOCAL: A NOVA HIERARQUIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

Ladislau Dowbor



Foto Sebastião Salgado



**Ladislau Dowbor resgata a importância do local num mundo globalizado: é nas relações diretas que construímos laços de solidariedade. A partir do olhar para**

**o local, podemos pensar: que músicas eu ouço que são da minha região? E das coisas que como, o que é produzido aqui? E minha família e vizinhos, de onde vêm? E qual a origem das festas ou rituais nos quais participo?**

**N**a ausência de governo mundial, há segmentos bem mais globais do que os outros: trata-se de uma globalização hierarquizada. Navegam com confiança neste espaço as cerca de 500 a 600 grandes empresas transnacionais que comandam 25% das atividades econômicas mundiais, e controlam cerca de 80 a 90% das inovações tecnológicas. Estas empresas pertencem aos Estados Unidos, Japão, Alemanha, Grã-Bretanha e poucos mais, e constituem um poderoso instrumento de elitização da economia mundial. No dizer franco de um economista, neste sistema, “quem não faz parte do rolo compressor, faz parte da estrada”. A verdade é que ampla maioria das populações do mundo hoje faz parte “da estrada”.

Mas sobretudo, a globalização não é geral. Se olharmos o nosso cotidiano, desde a casa onde moramos, a escola dos nossos filhos, o médico para a família, o local de trabalho, até os horti-fruti-granjeiros da nossa alimentação cotidiana, trata-se de atividades de espaço local, e não global. É preciso, neste sentido, distinguir entre os produtos globais que indiscutivelmente hoje existem, como o automóvel, o computador e vários outros, e os outros níveis de atividade econômica e social. Isto nos evitará batalhas inúteis - não há nenhuma razão para que um país tenha de se dotar de uma indústria automobilística

para ser moderno - ao mesmo tempo que nos permitirá enfrentar melhor as batalhas possíveis. Daí a necessidade de substituirmos a visão de que “tudo se globalizou”, por uma melhor compreensão de como os diversos espaços do nosso desenvolvimento se articulam, cada nível apresentando os seus problemas e as suas oportunidades, e a totalidade representando um sistema mais complexo.” [...]

“Na excelente formulação de Milton Santos, “o que globaliza separa; é o local que permite a união”. Uma dimensão extremamente prática deste processo nos é dada pelo exemplo cotidiano do dilema da solidariedade. Encontrar um amigo, um velho conhecido, mendigando na rua, nos transtorna. E no entanto, nos acostumamos a ver crianças pequenas saltitando entre carros numa avenida movimentada, ou uma pessoa deitada na calçada, e seguimos adiante. Vemos uma desgraça acontecer a alguém e tocamos para a vida, pois o tempo urge, e além de tudo são tantas desgraças...

Não é que o ser humano agora seja menos solidário: ninguém se solidariza com o anonimato. Gerais programam tranquilamente bombardeios que possam coincidir com os horários da mídia, e o mundo assiste impassível à destruição ao vivo de seres humanos, mascando chiclete ou comendo pipoca. A humanização do desenvolvimento, ou a sua re-humanização, passa pela reconstituição dos espaços comunitários.

A própria recuperação dos valores e a reconstituição da dimensão ética do desenvolvimento exige que para o ser humano o outro volte a ser um ser humano, um indivíduo, uma pessoa com os seus sorrisos e suas lágrimas. Este processo de reconhecimento do outro, não se dá no anonimato. E o anonimato se ultrapassa no circuito de conhecidos, na comunidade.

Em termos econômicos, o grande argumento é que o espaço pequeno não é “viável”. Na realidade, a mesma dinâmica que nos levou aos espaços globais nos fornece as tecnologias para a reconstituição de uma humanidade organizada em torno a comunidades que se reconhecem internamente, mas também interagem, comunicam com o resto do mundo, participam de forma organizada de espaços mais amplos.” [...]

Fonte: Trechos do artigo do Ladislau Dowbor.

Da *Globalização ao Poder Local: a Nova Hierarquia dos Espaços*.

Acessível em: <http://dowbor.org/5espaco.asp>

# A NATUREZA DOS SONS HUMANOS

Leonardo Castro

“... a música em todas as eras, permanece suprema e considerada como a mais alta expressão daquilo que é mais profundo em nós mesmos.”

*Hazrat Inayat Khan (filósofo e músico indiano)*



Cena da primeira parte do filme “2001 uma odisséia no espaço”, que mostra as origens da humanidade (Foto: Divulgação)

**A** música acompanha os seres humanos desde os primórdios e está diretamente relacionada à expressão e relação humanas. O cientista cognitivo William Benzon, especula que tudo iniciou através da voz humana, com a imitação dos sons de animais para o homem proteger-se de prováveis predadores. Esta imitação evoluiu para a criação pessoal, e assim os seres humanos iniciaram expressões orais mais significativas, como os sons de preparo para guerra (uh-uh-uh), possivelmente sem palavras estruturadas. No entanto, não sabemos ao certo quem surgiu antes, se foi a linguagem ou a música, mas é certo que antes de falarem, os bebês já balbuciam de uma forma muito musical.

De lá para os dias de hoje certamente muitas mudanças ocorreram, contudo, a música permanece tendo uma função essencial nas nossas vidas: transmitir emoções. Tanto na expressão musical, quanto na escuta, a música mexe com nossas emoções, nos tornando mais sensíveis e criativos.

A partir destas breves informações podemos pensar algumas questões: Qual é a função da música na nossa sociedade hoje? Que comprometimento têm os governos e a sociedade com a música e seus benefícios para a vida humana? Como podemos utilizar a música para o benefício individual e coletivo?

## Floresta Amazônica

Durante seis meses, as mulheres da tribo mekranoti se reúnem ao amanhecer e assim que a noite cai para cantar. O ritual é parte da cerimônia *bi-jok*, que escolhe o nome das meninas. Homens também têm atribuições musicais. Antes do amanhecer, se reúnem no centro da aldeia para cantar por duas horas. O objetivo é proteger a vila de ataques inimigos. Uma das maiores diversões dos cantores é perseguir os homens que ainda estão dormindo, com insultos e gritos.

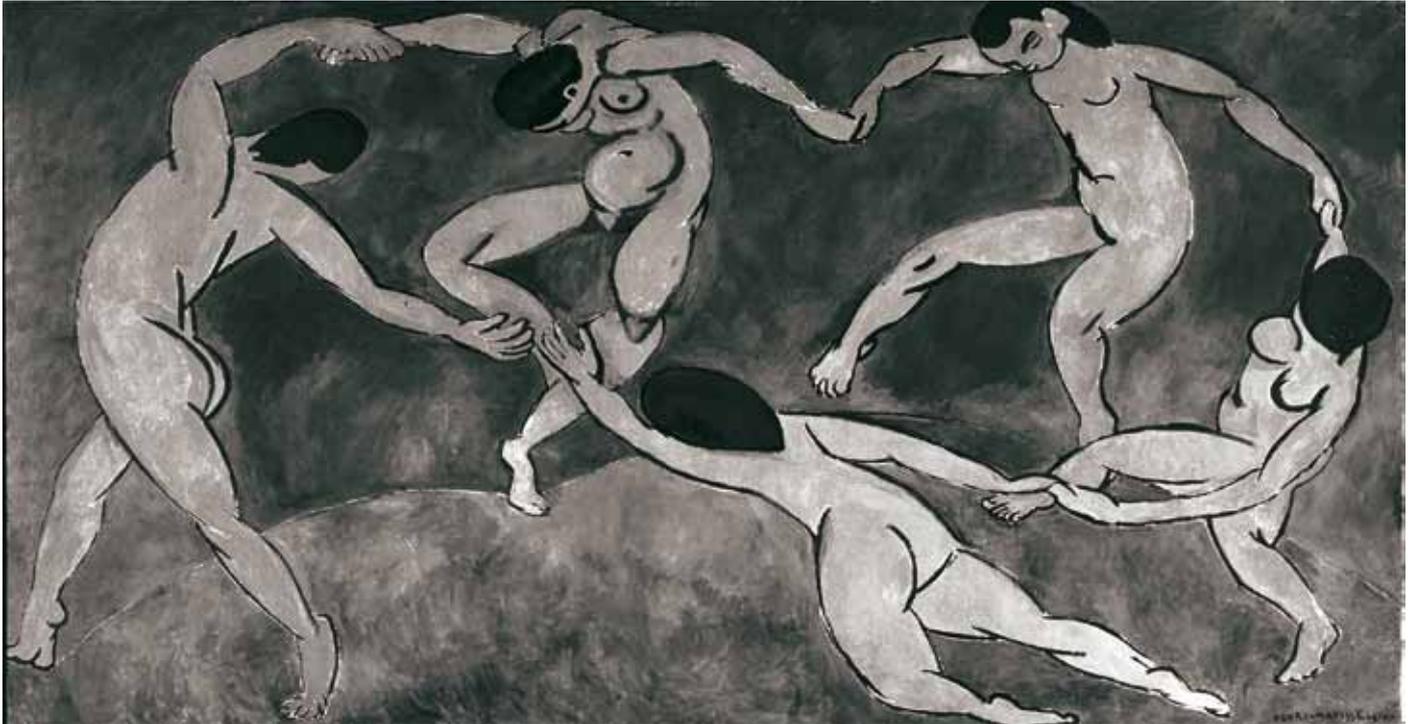
## Crie sempre, que possível, ambientes acusticamente positivos:

Ouçã sons naturais, cante e ouça *kiirtan* (cânticos em sânscrito tais como *Baba Nam Kevalam*) sempre que possível: como música de fundo na sua casa, no seu carro e antes de dormir. A vibração especial do sânscrito acalma e eleva a mente, vibrando cada célula do seu corpo, harmonizando assim seus centros de energia sutil (*chakras*).

Quando estiver com dor, ouça música sedativa com ritmo regular e com consonância harmônica para estimular a resposta de relaxamento e liberação de endorfinas.

# PRIMEIROS MOVIMENTOS: TEATRO E COTIDIANO

Leonardo Castro



The Dance (A Dança), 1910 Henri Matisse

## 1) Integração com dinâmicas de grupo:

- Movimento corporal, iniciando com os dedos das mãos. Adicionar mãos, braços, ombros, peito, cintura... até os pés. Caminhar com todas essas partes em movimento pela sala e voltar para a roda;
- Ainda na grande roda, construir ritmos diferentes, usando os cinco tipos de palmas (concha, estrela, parabéns, costa de mão e pingo de chuva). Pode-se dividir a roda em quatro grupos, e cada grupo deve estabelecer um tipo de palma e uma seqüência diferente;
- Nos seus lugares, iniciar uma seqüência com duas palmas e dois toques no peito. Ampliar o movimento para barriga, pernas e, por fim, duas batidas de pés. Continuar o movimento com um passo (com uma batida de cada pé) até dar uma volta completa. Este exercício deve ser feito na velocidade do grande grupo; ou seja, os participantes devem perceber a dificuldade dos outros e ajustar seu movimento de forma que todos possam participar corretamente;
- Depois de organizar a roda, com um integrante de costas para o outro, propor massagem nas costas e ombros (com toques suaves).

## 2) Corporalidade e o outro (movimentos corporais em grupo):

Exercícios em pequenos grupos:

- Formar uma roda. Um integrante fica no centro, fecha os olhos e solta o corpo, mantendo-se ereto e com os pés fixos. Os outros componentes vão conduzindo o colega com leves toques, "jogando" para os braços dos outros. Seguem um a um para o centro até todos ficarem nesta posição e desfrutarem da atividade.
- Ainda em pequenos grupos, um integrante sai da

sala; um outro assume o comando de movimentos corporais variados enquanto o restante imita os movimentos deste. O colega que saiu deve retornar e apontar aquele que está no comando dos movimentos. O objetivo do grupo é esconder o integrante que está no comando, desviando o olhar e guiando-se por outros (técnica do espelho).

- Em grupos de quatro pessoas, posicionamento em cruz, com duas duplas de frente; um integrante deve imitar os movimentos do colega que está na frente, responder perguntas do que está a sua direita e não deixar escapar o da esquerda, que tentará fugir.

## 3) Criação e apresentação de esquetes teatrais sobre a realidade local das comunidades (pequenos grupos):

- Cada grupo prepara uma breve encenação sobre um tema escolhido. É importante que haja conflito, drama e problemas não resolvidos nas criações.
- Apresentação para o grande grupo.

## 4) Conversas sobre os temas apresentados:

É recomendado compartilhar as idéias, dificuldades e desafios enfrentados durante as atividades, podendo estabelecer relações com o cotidiano dos integrantes.

## 5) Relaxamento:

Convidar o grupo para fazer um momento de silêncio (sentado ou deitado). Essa atividade pode ser feita com uma música suave; seu objetivo é a percepção do estado mental e corporal depois das atividades e o efeito destas no estado de ser de cada um.

Contato: [orcaito@yahoo.com.br](mailto:orcaito@yahoo.com.br)

# PEDAGOGIA DA ESPERANÇA

Paulo Freire

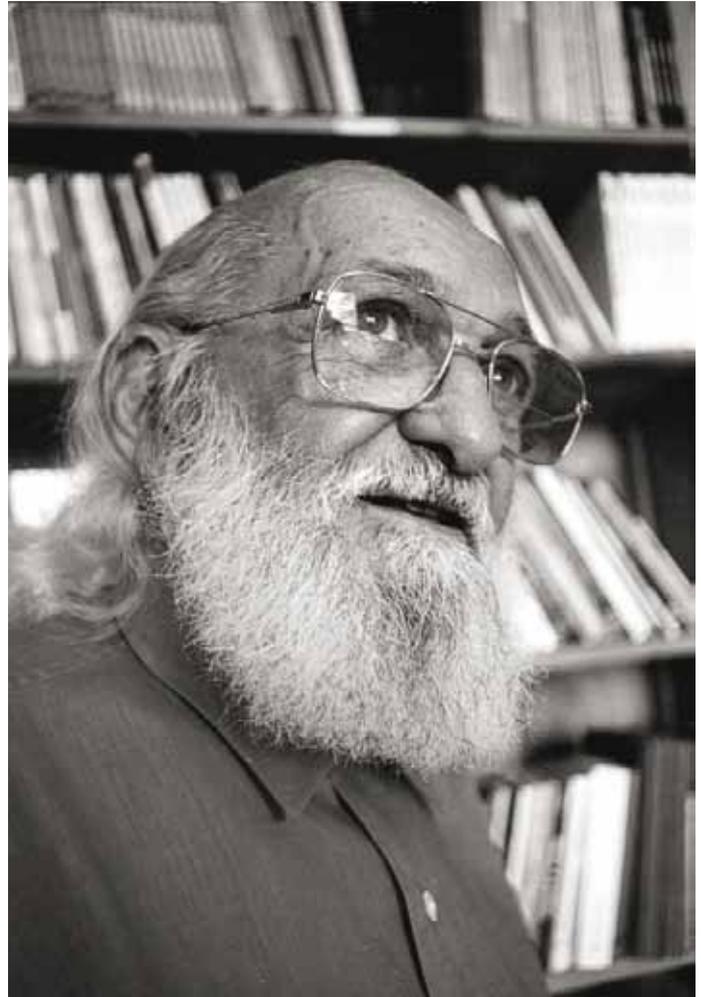


**Ao longo do nosso curso, trabalhamos com a perspectiva de que os participantes do Programa trazem consigo saberes que acumulam ao longo da sua vida, seja no trabalho, na família e na própria militância. Neste texto, Paulo Freire valoriza os saberes não formais, mostrando de forma leve que todos somos portadores de saberes, mesmo que eles ainda não tenham sido transformados em textos ou mesmo em “ciência”. Mesmo que esses saberes não sejam valorizados, eles existem e são tão importantes quanto os saberes formais.**

**M**e lembro agora de uma visita que fiz, com um companheiro chileno, a um assentamento da reforma agrária, algumas horas distante de Santiago. Funcionavam à tardinha vários “círculos de cultura” e fomos para acompanhar o processo de leitura da palavra e de releitura do mundo. No segundo ou terceiro círculo a que chegamos, senti um forte desejo de tentar um diálogo com um grupo de camponeses. De modo geral evitava fazê-lo por causa da língua. Temi que meu “castanhês” prejudicasse o bom andamento dos trabalhos. Naquela tarde, resolvi deixar de lado a preocupação e, pedindo licença ao educador que coordenava a discussão do grupo, perguntei a este se aceitava uma conversa comigo.

Depois da aceitação, começamos um diálogo vivo, com perguntas e respostas de mim e deles a que, porém, se seguiu, rápido, um silêncio desconcertante. Eu também fiquei silencioso. Dentro do silêncio, recordava experiências anteriores no Nordeste brasileiro e adivinhava o que aconteceria. Eu sabia e esperava que, de repente, um deles, rompendo o silêncio, falaria em seu nome e no de seus companheiros. Eu sabia até o teor de seu discurso. Por isso, a minha espera no meu silêncio deve ter sido menos sofrida do que para eles estava sendo ouvir o silêncio mesmo. “Desculpe, senhor”, disse um deles, “que estivéssemos falando. O senhor é que podia falar porque o senhor é o que sabe. Nós, não”.

Quantas vezes escutara esse discurso em Pernambuco e não só nas zonas rurais, mas no Recife também. E foi à custa de ouvir discursos assim que aprendi que, para o(a) educador(a) progressista não há outro caminho senão o assunto o “momento” do educan-

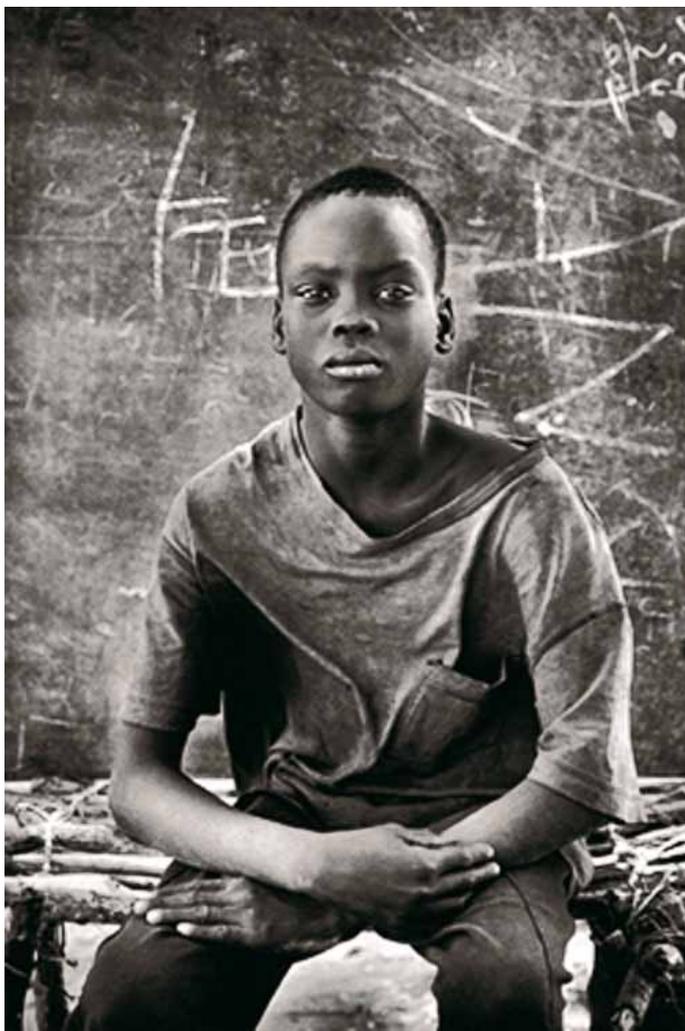


Paulo Freire

do, partir de seu “aqui” e de seu “agora”, somente como ultrapassa, em termos críticos, com ele, sua “ingenuidade”. Não faz mal repetir que respeitar a sua ingenuidade, sem sorrisos irônicos ou perguntas maldosas, não significa dever o educador se acomodar em seu nível de leitura de mundo.

O que não teria sentido é que eu “enchesse” o silêncio do grupo de camponeses com minha palavra, reforçando assim a ideologia que já haviam me explicitado. O que eu teria de fazer era partir da aceitação de alguma coisa dita no discurso do camponês e, problematizando-os, trazê-los ao diálogo de novo. Não teria sentido, por outro lado, após ter ouvido o que disse o camponês, desculpando-se porque haviam falado quando eu é que poderia fazê-lo, porque sabia, se eu lhes tivesse feito uma preleção, com ares doutorais, sobre a “ideologia do poder e o poder da ideologia”.

Num puro parêntese, não posso deixar de, no momento em que revivo a Pedagogia do Oprimido e falo



Sebastião Salgado

de casos como este que vivi, e cuja experiência foi me dando fundamentos teóricos para não só defender, mas viver o respeito dos grupos populares em meu trabalho de educador, lamentar um certo tipo de crítica em que sou apontado como elitista. Ou, no lado oposto, em que sou perfilado como populista. Os anos distantes de minha experiência no SESI, de meu aprendizado intenso com pescadores, com camponeses e trabalhadores urbanos, nos morros e nos córregos do Recife, me haviam vacinado contra a arrogância elitista. Minha experiência vinha me ensinando que o educando precisa se assumir como tal, mas, assumir-se como educando significa reconhecer-se como sujeito que é capaz de conhecer e que quer conhecer em relação com outro sujeito igualmente capaz de conhecer (o educador) e, entre os dois, possibilitando a tarefa entre ambos, o objeto de conhecimento. Ensinar e aprender são assim momentos de um processo maior o de conhecer, que implica re-conhecer. No fundo, o que eu quero dizer é que o educando se torna realmente educando quando e na medida em que conhece, ou vai conhecendo os conteúdos, os objetos cognoscíveis, e não na medida em que o educador vai depositando nele a descrição dos objetos, ou dos conteúdos. O educando se reconhece conhecendo os objetos,

descobrimo que é capaz de conhecer, assistindo à imersão dos significados em cujo processo se vai tornando também significador crítico. Mais do que ser educando por causa de uma razão qualquer, o educando precisa tornar-se educando assumindo-se como sujeito cognoscente e não como incidência do discurso do educador. Nisto é que reside, em última análise, a grande importância política do ato de ensinar. Entre outros ângulos, este é um que distingue uma educadora ou educador progressista de seu colega reacionário.

“Muito bem”, disse em resposta à intervenção do camponês. “Aceito que eu sei e vocês não sabem. De qualquer forma, gostaria de lhes propor um jogo que, para funcionar bem, exige de nós absoluta lealdade. Vou dividir o quadro negro em dois pedaços, em que irei registrando, do meu lado e do lado de vocês, os gols que faremos: eu em você; vocês, em mim. O jogo consiste em cada um perguntar algo ao outro. Se o perguntado não souber, é gol do perguntador. Começarei o jogo fazendo uma primeira pergunta a vocês”.

A essa altura, precisamente porque assumira o “momento” do grupo, o clima era mais vivo do que quando começáramos, antes do silêncio.

Primeira pergunta:

- Que significa a maiêutica socrática?

Gargalhada geral e eu registrei meu primeiro gol.

-Agora cabe a vocês fazer a pergunta a mim disse. Houve uns cochichos e um deles lançou a questão:

- O que é curva de nível?

Não soube responder. Registrei um a um

- Qual a importância de Hegel no pensamento de Marx?

Dois a um.

- Para que serve a calagem do solo?

Dois a dois.

- Que é um verbo intransitivo?

Três a dois.

- Que relação há entre curva de nível e erosão?

Três a três.

- Que significa epistemologia?

Quatro a três.

-O que é adubação verde?

Quatro a quatro.

Assim, sucessivamente, até chegarmos a dez a dez.

Ao me despedir deles lhes fiz uma sugestão: “Pensem no que houve esta tarde aqui. Vocês começaram discutindo muito bem comigo. Em certo momento ficaram silenciosos e disseram que só eu poderia falar porque só eu sabia e vocês não. Fizemos um jogo sobre saberes e empatamos dez a dez. Eu sabia dez coisas que vocês não sabiam e vocês sabiam dez coi-

sas que eu não sabia. Pensem sobre isto”.

De volta para casa recordava a primeira experiência que tivera muito tempo atrás na Zona da Mata de Pernambuco, tal qual a que acabara de viver.

Depois de alguns momentos de bom debate com um grupo de camponeses o silêncio caiu sobre nós e nos envolveu a todos. O discurso de um deles foi o mesmo. A tradução exata do discurso do camponês chileno que ouvira naquele fim de tarde.

- Muito bem disse eu a eles. Eu sei. Vocês não sabem. Mas por que eu sei e vocês não sabem?

Aceitando o seu discurso, preparei o terreno para a minha intervenção. A vivacidade brilhava em todos. De repente a curiosidade se acendeu. A resposta não tardou.

- O Senhor sabe porque é doutor. Nós, não.

- Exato, eu sou doutor. Vocês não. Mas, por que eu sou doutor e vocês não?

- Porque foi à escola, tem leitura, tem estudo e nós, não. e por que fui à escola?

- Porque seu pai pôde mandar o senhor à escola. O nosso, não.

- E por que os pais de vocês não puderam mandar vocês à escola?

- Porque eram camponeses como nós.

- E o que é ser camponês?

- É não ter educação, posses, trabalhar de sol a sol sem direitos, sem esperança de um dia melhor.

- E por que ao camponês falta tudo isso?

- Porque Deus quer.

- E quem é Deus?

- É o pai de nós todos.

- E quem é pai aqui nesta reunião?

Quase todos de mão para cima, disseram que o eram. Olhando o grupo todo em silêncio, me fixei num deles e lhe perguntei:

- Quantos filhos você tem?

- Três.

- Você seria capaz de sacrificar dois deles, submetendo-os a sofrimentos para que o terceiro estudasse, com vida boa, no Recife? Você seria capaz de amar assim?

- Não!

- Se você disse eu -, homem de carne e osso, não é capaz de fazer uma injustiça desta, como é possível entender que Deus o faça? Será mesmo que Deus é o fazedor destas coisas?

Um silêncio diferente, completamente diferente do anterior, um silêncio no qual algo começava a ser partilhado. Em seguida:

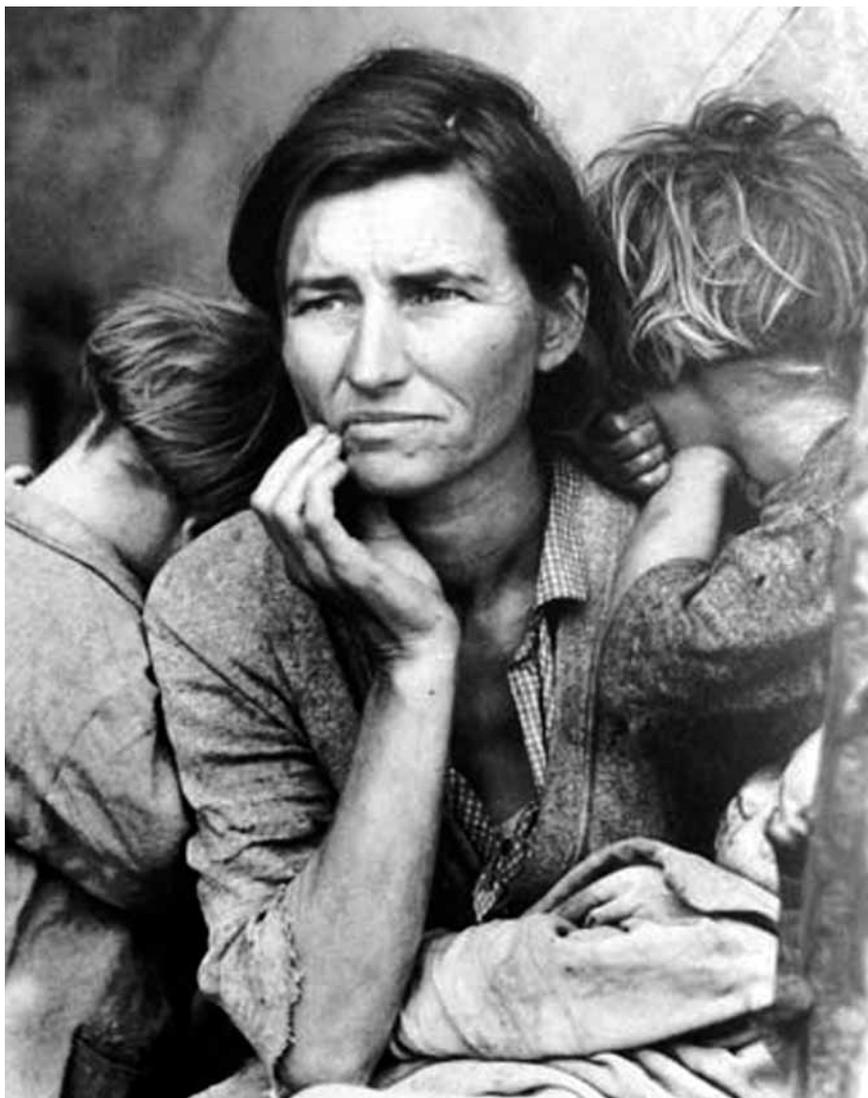
- Não. Não é Deus o fazedor disso tudo. É o patrão!

Possivelmente aqueles camponeses estavam, pela primeira vez, tentando o esforço de superar a relação que chamei Pedagogia do oprimido de “aderência” do oprimido ao opressor para, “tomando distância dele”, localizá-la fora de si, como diria Fanon.

A partir daí, teria sido possível também ir compreendendo o papel do patrão, inserido num certo sistema sócio-econômico e político, ir compreendendo as relações sociais de produção, os inte-

resses de classe, etc, etc.

A falta total de sentido estaria se, após o silêncio que bruscamente interrompeu o nosso diálogo, eu tivesse feito um discurso tradicional, “sloganizador”, vazio, intolerante.



Sebastião Salgado

Fragmentos do livro: FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p.23-25.

# CONSTRUÇÃO DE DIAGNÓSTICO

José Inácio Konzen e Beatriz Hellwig



*Ao longo deste caderno, trouxemos algumas reflexões sobre desenvolvimento, território, cultura, poder local e global, musicalidade e educação*

*popular. Tendo feito essas reflexões, agora queremos construir o nosso saber sobre nossa realidade. Estamos imersos na nossa realidade. Há momentos em que precisamos emergir, olhá-la como quem olha de fora. Para depois retornarmos a ela com um olhar mais completo, que seja simultaneamente um olhar de dentro e de fora. A construção de um diagnóstico é a construção desse olhar. Na perspectiva que trazemos ao longo do caderno, acreditamos que essa construção é coletiva, é um fazer-se da própria comunidade com os atores nela envolvidos. Você já participou de algum processo de construção de diagnóstico? Como foi feito? Será que é possível construí-lo de forma coletiva?*

## O ser Humano e o Mundo

“O ponto de partida deste movimento está nos homens mesmos. Mas, como não há homens sem mundo, sem realidade, o movimento parte das relações homens-mundo. Daí que este ponto de partida esteja sempre nos homens no seu aqui e agora que constituem a situação em que se encontram ora imersos, ora emersos, ora insertados”. (Pedagogia do Oprimido, p. 74)

“Entendemos que, para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser conhecida. É fundamental, contudo, partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz o ente de relações que é”. (Educação como prática da liberdade, p. 39)

A imersão do ser humano na realidade é o momento para conhecer o mundo e a emersão é quando ele se distancia para compreender o mundo a partir de uma reflexão do que acontece nele. E o terceiro momento é quando o ser humano se encontra insertado, quando consegue conciliar as duas dimensões, passando a enxergar o mundo em sua integralidade, e ao mesmo tempo, consegue fazer uma análise crítica e consciente desse mesmo mundo.

Fonte: Dickmann, Ivo e Dickmann, Ivania. *Primeiras Palavras em Paulo Freire*. Battistel, Passo Fundo, 2008. p. 56-57.

## A importância do diagnóstico

Entendemos que para afirmar sobre o quanto uma comunidade é desenvolvida deve-se olhar e considerar as condições e a qualidade de vida do conjunto das pessoas que vivem neste território. Para podermos falar sobre o desenvolvimento de um território e propor mudanças que vão ajudar a melhorar a vida de todos os seus moradores precisamos identificar, descrever e analisar o conjunto mais amplo possível de questões que fazem com que a vida e as satisfações das pessoas se constituam do jeito como ela é. Para isto precisamos conhecer um conjunto de dados que podem ser medidos e descritos em números, mas também precisamos identificar um conjunto de variáveis e fatores que são e dependem de como as pessoas se relacionam entre si e de como elas entendem e avaliam estas relações.

Estas variáveis e fatores são as diferentes formas de organizações, sociais, econômicas, políticas, culturais, religiosas, e como elas convivem e se relacionam naquele território. As informações e análises sobre as formas de organização, sobre as relações entre es-

Seminário Desenvolvimento Local 2007 - Acervo CAMP





Arquipélago, acervo do CAMP

tas e a compreensão e satisfações das pessoas sobre elas só podem ser descritas a partir de diálogo com pessoas das diferentes organizações do território.

A identificação, descrição e análise deste conjunto de questões, variáveis, fatores e compreensões é o que se chama de fazer diagnóstico sobre a realidade do desenvolvimento de um território. E como sozinho ninguém faz e ninguém muda e melhora o desenvolvimento de uma comunidade, o diagnóstico precisa ser construído e constantemente atualizado entre o maior número possível de pessoas e organizações daquele território.

Os passos desta construção coletiva podem começar, em um primeiro momento, entre as pessoas e organizações que tem maior proximidade e afinidade de compreensão da sua realidade, de valores e objetivos. Em um segundo momento este coletivo precisa socializar e reconstruir as suas análises e propostas com outras organizações para se preparar e buscar aliados para em, um terceiro momento, fazer o debate e as disputas necessárias nos espaços onde se decidem os objetivos, prioridades, projetos e políticas do desenvolvimento do seu território.

### **Construção de diagnóstico participativo**

O diagnóstico é um estudo da realidade local, caracterizando-se como uma importante ferramenta para a construção do Desenvolvimento Local. Permite o conhecimento e a análise do território, promovendo a reflexão sobre suas fragilidades e potenciais. Existem vários formatos e metodologias para a construção de diagnóstico, propomos uma construção coletiva, um diagnóstico realizado pela própria comunidade, compondo um olhar sobre si mesma. Não é, portanto, apenas uma simples coleta de dados, mas um processo reflexivo sobre seu território e possibilidades para seu desenvolvimento. Importante lembrar que o diagnóstico não é um instrumento estático, pois a realidade está sempre mudando, por isso é uma ferramenta de trabalho que deve ser permanentemente atualizada.

### **Etapas para construção de diagnóstico**

#### **Definir objetivo do diagnóstico - Para que queremos construir este diagnóstico?**

*É o momento que se delimita a área a ser investigada e o objetivo final da pesquisa.*



Foto: Planejamento em Gravataí, acervo do CAMP

### **Identificar atores participantes - Quem irá participar da construção do diagnóstico?**

*Entidades e atores da comunidade, representantes do governo e de projetos que atuam no território... enfim, todos aqueles que têm interesse no desenvolvimento do território. No início da construção do diagnóstico é importante averiguar as expectativas dos diversos atores envolvidos, e reconhecer que seu resultado depende da participação dos atores envolvidos.*

### **Definir as necessidades de informação - O que precisamos pesquisar?**

*Identificar dados e informações específicas que precisem ser pesquisadas.*

### **Definir ferramentas de pesquisa - Como obter estas informações?**

*Existem diversos instrumentos de pesquisa (entrevistas, mapas, maquetes...), o ideal é trabalhar da forma que a comunidade sinta-se mais confortável a participar.*

Importante obter dados em fontes oficiais de pesquisa (como IBGE, Observatório POA...) e averiguar relatórios e estudos já existentes.

### **Investigação - Como organizar o processo de construção do diagnóstico?**

*Necessidade de organizar os encontros (definir local, separar materiais necessários, convocar a comunida-*

*de e atores interessados). Refletir sobre os dados que precisam ser pesquisados, e se for necessário dividir tarefas entre os participantes. É muito importante o registro desses encontros e a devolução dos resultados para o grupo participante.*

## **Sistematização e análise dos dados**

Após a coleta de dados, é necessário organizá-los para realizar uma leitura coletiva sobre o significado daquelas informações e a partir dessa reflexão pensar em propostas de ação. A idéia é que a partir da construção do diagnóstico forme-se um grupo de reflexão atuando na perspectiva do desenvolvimento do território.

## **Roteiro para diagnóstico nas comunidades**

### **Contexto histórico e cultural**

Buscar as origens e tradições da comunidade (em relação aos habitantes, atividades econômicas já desenvolvidas, relação com o município...); fatores que influenciaram a constituição da comunidade; principais etnias, quais os principais elementos que compõe a identidade da comunidade, principais eventos, principais manifestações religiosas...

### **Contexto político-institucional**

Principais espaços de articulação (fóruns, redes, co-

missões...); como é a relação com o poder público; quais as políticas públicas presentes; como estas políticas estão articuladas; quais os partidos políticos presentes na comunidade, que partidos e projetos têm ocupado a administração pública; principais entidades/atores que atuam na comunidade; como são as relações entre as entidades da comunidade...

### Contexto social

Situação demográfica (nº habitantes, distribuição etária), índices e taxas (mortalidade, homicídio) que retratem a situação social dos moradores, políticas públicas de assistência social (Bolsa Família, PAIF, PET...); acesso aos direitos básicos:

Educação: taxa de analfabetismo, quantidade de escolas e qualidade do atendimento (ensino infantil, fundamental, médio); quantidade de alunos atendidos; políticas públicas educacionais; existe escola aberta, pró-jovem; SASE; entidades com trabalho na área da educação; principais demandas não atendidas...

Saúde: quantidade de postos de saúde, qualidade do atendimento disponível...

Habitação e Infra-estrutura: quantidade e situação das moradias, como é a questão do saneamento bá-

sico (água, esgoto...); pavimentação; situação fundiária; transporte...

Lazer: principais espaços de lazer, espaços de integração da comunidade

E outros aspectos importantes...

### Contexto econômico

Principais setores e atividades econômicas (formais e informais) desenvolvidas dentro da comunidade; características do processo produtivo destas atividades; principais fontes de renda dos moradores (esta renda é gerada dentro ou fora da comunidade, formal ou informal); Renda média dos moradores; existência de projetos com poder público ou entidades para geração de trabalho e renda...

### Contexto ambiental

Como se dá a relação com o meio-ambiente; existem projetos/ações de preservação ambiental; é realizada a coleta seletiva do lixo...

- Leitura do levantamento de dados: Análise e opinião sobre os dados coletados realizada com o coletivo do qual faz parte na comunidade.

Belo Monte, acervo do CAMP





Arquipélago, acervo do CAMP

## Oficina para construção do Mapa da Comunidade

Para iniciar a construção do diagnóstico participativo, propomos a construção coletiva de um *Mapa da Comunidade*, conforme instruções abaixo. A ideia é que este mapa sirva de referência para as tarefas de construção do diagnóstico.

- Debate sobre a proposta e os objetivos de criação de um diagnóstico da comunidade tendo em vista a criação de uma concepção compartilhada sobre a situação atual da comunidade em relação aos seus potenciais e limitações e iniciando com a construção de um mapa da comunidade.
- Construir coletivamente um mapa da comunidade, deixando que cada um coloque suas ideias sobre esse mapa.
- Sugerimos que sejam colocados à disposição do grupo materiais que ajudem na construção do mapa: pedaço grande de papel, lápis, pincéis, giz de cera, sementes, galhos, folhas, areia, erva mate, caixinhas, palitos de fósforo, etc.
- Sugerimos iniciar com elementos de referência, como a localização das moradias (talvez também o número de habitantes), a localização dos serviços (igrejas, escolas, posto de saúde, armazéns, espaços de lazer, entidades, etc.) e as principais ruas. É pos-

sível também refletir na qualidade das construções, dos serviços oferecidos.

- No mapa podem também aparecer reflexões do grupo sobre as condições de vida (acesso à água potável, energia elétrica, qualidade de moradia, etc) e de como a comunidade está estruturada (localização, tipo de ocupação dos habitantes, número de residências, etc). Isso vai depender muito do grupo e o quanto ele quer avançar na construção do mapa.
- Após a construção do mapa (que pode ser feito num segundo encontro desse grupo), fazer a reflexão sobre o contexto econômico da comunidade (algumas dessas informações podem aparecer no mapa e outras em cartazes ou texto):
  - Principais setores e atividades econômicas existentes na comunidade, identificando setores formais e informais (mercado, indústria, empresas, empreendimentos associativos, etc).
  - Principais fontes de renda dos moradores, refletindo também se essa renda é gerada dentro ou fora da comunidade.
  - Renda média dos moradores.

### Referencia bibliográfica

VERDEJO, Miguel Expósito. *Diagnóstico Rural Participativo Um Guia Prático*. Secretaria de Agricultura Familiar MDA, 2006.

Projeto Terra Solidária. *Desenvolvimento Local - Módulo18*. CUT, 2000.

# CASO REAL: CANDEAL PEQUENO

## *História de mobilização social para promoção do desenvolvimento local*

**C**andeal Pequeno é um bairro da periferia de Salvador que ficou conhecido por ser o local de nascimento do músico Carlinhos Brown. Mas há outros motivos para ser uma referência: o bairro é também um exemplo de como a organização popular pode transformar a cara, o estigma e a auto-estima de uma comunidade.

Em 1997, foi feito um diagnóstico da comunidade identificando altos índices de desemprego, falta de saneamento básico e moradias precárias, problemas comuns em quase todas as comunidades pobres do Brasil. Não bastava porém, saber dos problemas, fazia-se necessário construir soluções. Foi então que Carlinhos Brown, uma liderança local mobilizou a comunidade para articular parcerias entre as associações do bairro e o poder público local.

Partindo do diagnóstico da comunidade a Associação Pracatum lançou o Programa Tá Rebocado!, cujo objetivo principal era de pintura e reboco das casas, melhorando o aspecto físico para desta forma intervir na auto-estima da população. A partir daí foram se integrando outras ações de saúde, meio-ambiente, geração de renda, cultura e organização comunitária.

Segundo a Associação Pracatum, para dar certo: “O Programa Tá Rebocado! desenvolveu uma metodologia baseada na construção comunitária, participativa e democrática. Os moradores do bairro, principalmente os jovens, têm sido a base legitimadora do processo, pois eles identificam as reais necessidades vivenciadas na comunidade e colaboram com soluções práticas e tangíveis. A participação ativa da comunidade, com suas lideranças jovens, tem sido um fator preponderante, desde a fase de identificação de demandas, até o momento de construção de propostas, implantação e execução de atividades, bem como de acompanhamento e avaliação dos processos iniciados. O Tá Rebocado baseia suas ações em pesquisa de opinião, cadastro censitário, reuniões comunitárias semanais, estudos sócio-econômicos e registros fotográficos.

O engajamento da população neste processo transformador, em parceria com instituições públicas e privadas promoveu mudanças nas condições físicas do bairro, através de construções e melhorias das habitações, pavimentação das ruas, saneamento básico e educação nos âmbitos da saúde e ambiental.”

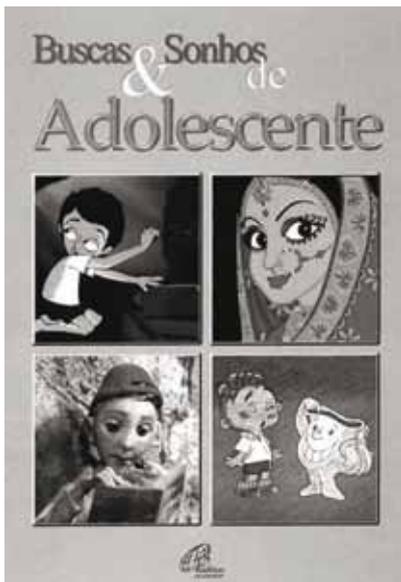


**“Que o Brasil se organize,  
que organize a sua rua!”  
Carlinhos Brown**



Fonte: [www.pracatum.org.br](http://www.pracatum.org.br)

# SUGESTÕES DE FILMES

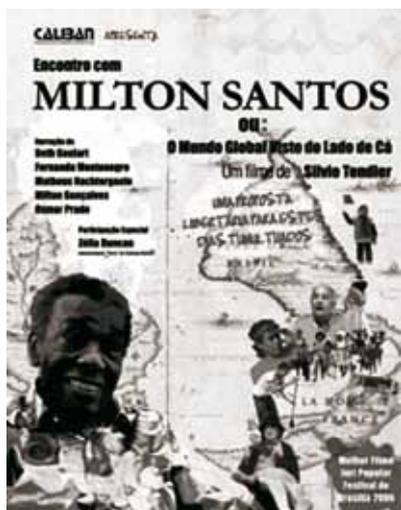


## DUELO – LUTA CONTRA A MASSIFICAÇÃO

Desenho animado que retrata a força massificadora da cultura quando não questionada. Um filme que auxilia a refletir sobre a importância da conscientização (proposta pela educação popular) para romper com a dominação cultural. Este curta, encontra-se no DVD – Buscas & Sonhos de Adolescente, com outros seis filmes que apresentam, temas que auxiliam a refletir, discutir e aprofundar problemas atuais.

Direção: Bretislav Pojar; Pavel Koutsk e Ivan Vit

Produção: Paulinas | Brasil, 2006.



## ENCONTRO COM MILTON SANTOS OU O MUNDO GLOBAL VISTO DO LADO DE CÁ

Este filme que aborda o tema da globalização sob uma perspectiva da periferia, de cidades, países, continentes, tendo como base uma entrevista feita em janeiro de 2001 com o geógrafo Milton Santos, um dos principais expoentes do pensamento brasileiro do século XX.

Direção: Sílvio Tandler

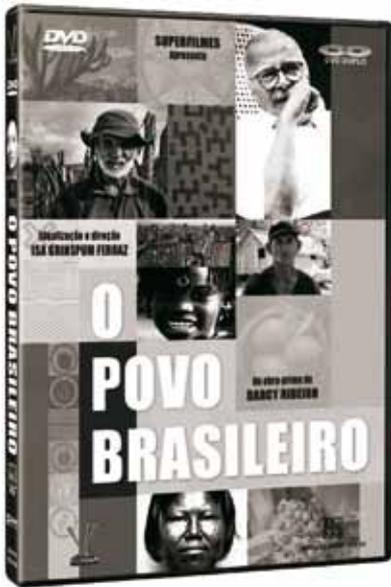
Produtora: Caliban | Brasil, 2006.



## SICKO – S.O.S SAÚDE

O documentarista Michael Moore volta a apontar sua câmera para mais um problema que atinge os Estados Unidos: o sistema de saúde americano. Para mostrar como as coisas funcionam na terra do Tio Sam, Moore ouve as histórias de vários americanos comuns cujas vidas foram despedaçadas, ou arruinadas pelo sistema de saúde americano. O filme mostra que a crise não somente afeta os milhões de cidadãos que não têm seguro de saúde - mas também milhões de outros que pagam religiosamente suas prestações e que estão freqüentemente lutando com a burocracia e com suas regras oficiais obscuras. Para provar que nem tudo está perdido, o cineasta compara outros sistemas de saúde visitando o Canadá, a Inglaterra, a França e a Cuba onde todas as pessoas recebem um bom atendimento médico de forma gratuita.

Direção: Michael Moore  
USA, 2007.



## O POVO BRASILEIRO

O Povo Brasileiro é uma série com 10 programas que foi ao ar na TV Cultura em 2000 e recria a narrativa do antropólogo Darcy Ribeiro, um dos maiores intelectuais brasileiros do século XX. Com imagens captadas em todo o Brasil, a série discute a formação dos brasileiros, sua origem mestiça e a singularidade do sincretismo cultural que dela resultou.

Direção: Isa Grinspum Ferraz

Produção: TV Cultura, a GNT e a Fundar | Brasil, 2000

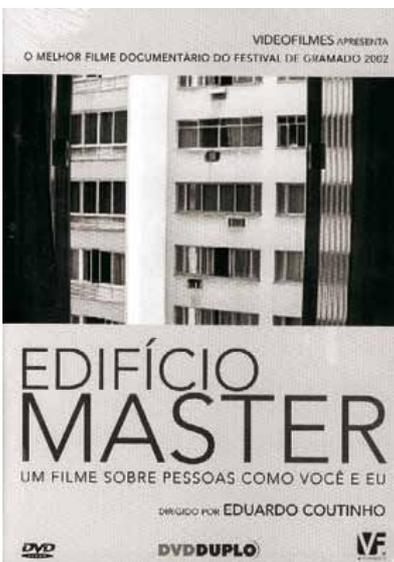


## CRIANÇAS INVISÍVEIS

A dramática situação das crianças no mundo foi o motivo do esforço dos produtores italianos Chiara Tilesi e Stefano Veneruso para montar “Crianças Invisíveis”, projeto cinematográfico coletivo, que reúne sete curtas-metragens dirigidos por importantes cineastas, incluindo a brasileira Kátia Lund. Os protagonistas são crianças de diferentes países que foram afetadas pelo HIV, que trabalham, sofrem preconceitos raciais, orfãs ou que atuam nas frentes de batalha. O episódio brasileiro retrata a história de duas crianças que vivem do lixo coletado na cidade de São Paulo.

Direção: Mehdi Charef / Emir Kusturica / Spike Lee / Kátia Lund / Jordan Scott / Ridley Scott / Stefano Veneruso / John Woo

Paris Filmes, 2005



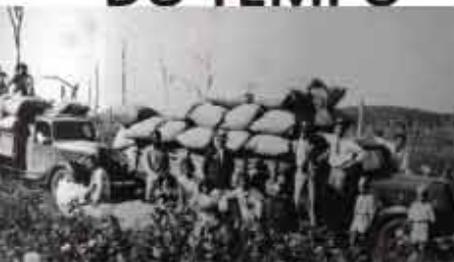
## EDIFÍCIO MASTER

O documentário “Edifício Máster”, conta a história de alguns dos moradores dos 276 apartamento deste edifício localizado em Copacabana, a um quarteirão da praia. O prédio que já foi ponto de prostituição é hoje, apenas um edifício para moradores de classe média baixa, cuja maioria, se tranca atrás da porta, e vive no isolamento. Os repórteres deste documentário, por uma semana, percorreram todos os apartamentos para convidar os moradores a contarem suas histórias, seus sonhos, realizações e aspirações. Histórias de uma menina que vende seu corpo e sua mãe, evangélica, aceita, porque sabe que a filha está apenas lutando para vencer na vida; histórias de um ex-ator da Globo, que sofreu um acidente, e ficou surdo; e tantas outras histórias, que comovem quem assiste.

Direção: Eduardo Coutinho

Videofilmes, Brasil, 2002

# LINHA DO TEMPO



**1861 e 1865** Crescimento do setor têxtil no Brasil.

**1914 e 1918** Com a Primeira Guerra Mundial o número de empresas no Brasil, basicamente indústria de bens de consumo, dobrou para 6.000.

**1929** Com a crise econômica mundial também ocorreu o processo de crescimento industrial. No final da década de 20 predominava a indústria de bens de consumo que já abastecia boa parte do mercado interno. O setor alimentício havia crescido bastante, principalmente exportação de carne, ultrapassando o setor têxtil. A economia do país continuava, no entanto, dependente do setor agro-exportador, especialmente o café. (pt.wikipedia.org)

**1930** Golpe de Estado, conhecido como Revolução de 1930. Getúlio Vargas assume a presidência e se mantém neste cargo até 1946.

**1930** A Revolução de 1930 operou uma mudança decisiva no plano da política interna: afastou do poder do estado oligarquias tradicionais que representavam os interesses agrários-comerciais; adotou uma política industrializante; substituiu a mão-de-obra imigrante pela nacional, estimulando o êxodo rural e investiu forte na criação da infraestrutura industrial indústria de base e energia. (pt.wikipedia.org)

**1938** Criação do Conselho Nacional do Petróleo.

**1939 a 1945** Redução de importações em função da crise mundial e da Segunda Guerra Mundial, favorecendo o aumento de divisas e o desenvolvimento industrial. Intensifica-se o processo de urbanização.

**1941** Fundação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda.

**1943** Criação da Companhia Vale do Rio Doce.

**1945** Criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

**1945** Criação do Fundo Rodoviário Nacional, cujo objetivo era aumentar a malha rodoviária do país.

**1946** Eurico Gaspar Dutra é eleito presidente num período de abertura democrática.

**1946** A Companhia Siderúrgica Nacional começa a produzir aço e favorece o desenvolvimento industrial tecnologicamente mais sofisticado, especialmente nos setores da metalurgia e da siderurgia.

**1947** Plano SALTE Primeiro ensaio de planejamento econômico no Brasil, que dava prioridade a quatro áreas: saúde, alimentação, transporte e energia (daí a sigla SALTE). Os recursos para sua execução seriam provenientes da receita federal e de empréstimos externos.

**1951** Getúlio Vargas é eleito presidente. O segundo governo Vargas se caracterizou por: desenvolvimento industrial, nacionalismo, dirigismo estatal e aproximação com o capital estrangeiro. A política econômica do governo envolvia um Plano de Reparcelamento Econômico e um programa industrial com a formulação de várias políticas setoriais.

**1951** Criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para estudar as exigências técnicas e legais para que o Brasil pudesse formular e implementar projetos prioritários nas áreas de energia (carvão, eletricidade e petróleo), transporte (porto e ferrovias) e agricultura (criação de várias autarquias como o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, a Comissão Nacional de Política Agrária e o Serviço Social Rural).

**1953** Criação do Plano Nacional do Carvão, visando à produção de energia por meio da modernização dos processos de extração e beneficiamento do minério.

**1953** Criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

**1952** Criação do Banco do Nordeste, voltado para o desenvolvimento regional.

**1954** Getúlio propõe e criação da Eletrobrás, mas não consegue aprovação. Cria-se o Fundo Nacional de Eletrificação.

**1956** Criação do Conselho de Desenvolvimento para Coordenação Econômica-Financeira.

**1952** Criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) para fomentar o desenvolvimento de setores básicos da economia brasileira, nos planos públicos e privado.

**1953** Criação da Petrobras com o objetivo de executar as atividades do setor petróleo no Brasil em nome da União.

**1954** Suicídio de Getúlio Vargas. Café Filho assume a presidência.

**1956** Início do Governo Juscelino Kubitschek: "cinquenta anos em cinco"

**1956** Com o Plano de Metas de JK, o Brasil entra na chamada fase desenvolvimentista. Os industriais brasileiros continuaram investindo nos setores tradicionais (tecido, móveis, alimentos, roupas e construção civil), e as multinacionais entraram no Brasil pela primeira vez, para a produção de bens de consumo duráveis (especialmente o automóvel). Além do desenvolvimento industrial, o governo investiu em energia e transporte e na construção de Brasília. Esse processo gerou forte endividamento internacional, grande êxodo rural e dependência tecnológica. (pt.wikipedia.org)

**1961** Eleito Jânio Quadros, que renuncia depois de 7 meses. João Goulart (Jango) assume a presidência.

**1962** Criação da Eletrobrás.

**1962** Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social foi um plano de transição econômica: modelo de "substituição de importações", para superar desequilíbrios estruturais da economia brasileira; reforma fiscal, redução do dispêndio público, mobilização de recursos externos; interrompido em 1963. (ALMEIDA)

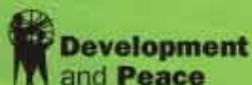


- 1964** Golpe inicia Governo Militar que se manterá no poder até 1985, num longo período de repressão, Castelo Branco assume a presidência. Plano de Ação Econômica do Governo: ampla reforma da política econômica e de seus instrumentos básicos, inclusive no plano institucional; reorganização do Estado nos planos fiscal, monetário-financeiro, trabalhista, habitacional e de comércio exterior; início de uma forte expansão do setor estatal, com criação de empresas públicas e forte intervencionismo e centralização econômica. (ALMEIDA)
- 1967** Decreto-Lei Nº 200 que entre outras inovações, organizou a orçamentação pública e instituiu a delegação de autoridade, a coordenação e o controle na Administração Pública.
- 1967** Governo Militar Presidente Costa e Silva
- 1968** Programa Estratégico de Desenvolvimento: estabeleceu diretrizes de política econômica e setoriais, com vetores de desenvolvimento regional, com o objetivo de se ter um "projeto nacional de desenvolvimento"; participação do setor estatal no preenchimento dos chamados "espaços vazios" da economia. (ALMEIDA)
- 1969** Governo Militar Presidente Emilio G. Médici
- 1970** Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo foi criado para dar base para o primeiro plano nacional de desenvolvimento e definiu orientações para quatro áreas prioritárias: educação, saúde e saneamento; agricultura e abastecimento; desenvolvimento científico e tecnológico; fortalecimento do poder de competição da indústria nacional. (ALMEIDA)
- 1972** I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND): grandes projetos de integração nacional (transportes, corredores de exportação, telecomunicações; ponte Rio-Niterói, rodovia Transamazônica, hidrelétrica de Três Marias, barragem de Itaipu); planos especiais de desenvolvimento regional; expansão dos investimentos estatais e uso da capacidade regulatória do Estado: empresas públicas eram integradas às políticas do governo (ALMEIDA).
- 1972** I PND resultou no chamado "milagre econômico", mascarando os efeitos da ditadura militar: Ocorreu uma maior diversificação da produção industrial. O Estado assumiu empreendimentos na infra-estrutura que asseguraram as condições de expansão ou crescimento dos negócios de iniciativa privada. Houve grande expansão da indústria de bens de consumo não-duráveis e duráveis com a produção inclusive de artigos sofisticados. Para sustentar o crescimento industrial, houve o aumento da capacidade aquisitiva da classe média alta, através de financiamento de consumo. Foi estimulada, também, a exportação de produtos manufaturados através de incentivos governamentais. (pt.wikipedia.org)
- 1974** Governo militar Presidente Ernesto Geisel
- 1975** II Plano Nacional de Desenvolvimento: enfatizou o investimento em indústrias de base (siderúrgica e petroquímica); bens de capital e a busca da autonomia em insumos básicos (metais não-ferrosos, minérios, petroquímica, fertilizantes e defensivos agrícolas, papel e celulose). A preocupação com o problema energético era evidente, com o estímulo à pesquisa de petróleo, o programa nuclear, o programa do álcool e a construção de hidrelétricas, a exemplo de Itaipu. (www.planejamento.gov.br)
- 1979** Governo Militar Presidente João Batista Figueiredo
- 1979** Choque do petróleo leva ao declínio econômico e crescimento do desemprego no Brasil. Tem início um período de inflação exacerbada. O planejamento governamental é profundamente esvaziado, tornando o III PND documento meramente formal. Esse plano encerra um ciclo de trinta anos (desde 1949) de planejamento econômico para o desenvolvimento, a ele sucedendo-se meros planos de estabilização macroeconômicos, até meados dos anos 90.
- 1984** Tancredo Neves é eleito presidente numa eleição indireta.
- 1985** Tancredo morre, e José Sarney assume a presidência.
- 1986** Plano Cruzado foi uma tentativa de contenção da inflação com as seguintes medidas: substituição da moeda; suspensão da correção monetária generalizada; congelamento de preços; antecipação dos reajustes salariais; e a implantação da escala móvel de salários.
- 1988** A Constituição Federal escrita em 1988, através de Assembléia Constituinte, instituiu o Plano Plurianual (PPA) como principal instrumento de planejamento do governo brasileiro. Ele deve estabelecer "de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada".
- 1990** Início do Governo Collor: neste ano ele elimina os regimes especiais e os controles administrativos sobre as importações e no ano seguinte estabelece um cronograma de redução de alíquotas de importação, ao que se seguiu um processo de falência de indústrias nacionais e uma série de associações subordinadas a capitais multinacionais.
- 1992** Impeachment de Collor e início do Governo Itamar Franco
- 1994** Plano Real: substituição da moeda; ajuste fiscal; desindexação da economia; política monetária; redução pontual das tarifas de importação e câmbio artificialmente valorizado. O plano resultou no fim de quase três décadas de inflação elevada.
- 1995** Início do Governo FHC. O ajuste das contas públicas pós-Plano Real e a adoção de medidas de apoio à micro e pequena indústria, bem como a entrada de capital estrangeiro atraído pelos programas de privatizações de estatais, tornaram o investimento do capital de risco no setor industrial atraente.
- 1996** Plano Plurianual 1996/1999 introduziu novos conceitos no planejamento federal: os eixos nacionais de integração e desenvolvimento, como referência espacial do desenvolvimento, e os projetos estruturantes, essenciais para as transformações desejadas no ambiente econômico e social.
- 2000** Plano Plurianual 2000/2003 introduziu na administração pública federal a gestão por resultados.
- 2003** Início do Governo Lula
- 2004** O PPA 2004/2007 inaugurou as seguintes estratégias de longo prazo: inclusão social e desconcentração da renda com crescimento do produto e do emprego; crescimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos e pela elevação da produtividade; e redução da vulnerabilidade externa por meio da expansão de atividades competitivas que viabilizem esse crescimento sustentado. As políticas e programas que dão substância a essa estratégia distribuem-se em cinco dimensões: social, econômica, regional, ambiental e democrática. (www.planobrasil.gov.br)
- 2008** PPA 2008/2011 - Desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade



Formação de Agentes de Desenvolvimento

Apoio:



Apoio Institucional



Realização



Camp - Centro de Educação Popular  
Praça Parobé, nº 130 - 9º andar  
Centro - CEP 90.030.170  
Porto Alegre - RS  
Fone: (51) 3212.6511  
[www.camp.org.br](http://www.camp.org.br)  
[camp@camp.org.br](mailto:camp@camp.org.br)

Arquipélago Território de Direitos

